

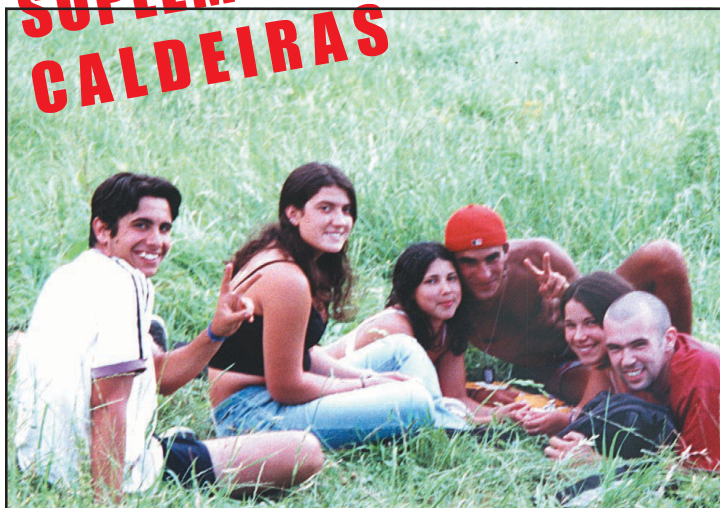


Evaristo Lima & C.ª, Lda.
FERRAGENS - FERRAMENTAS - MAT. CONSTRUÇÃO

APOIAMOS MAIS ESTA INICIATIVA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA TERRA

Av. Luís de Camões, 14 - 9600-563 Ribeira Grande
Telefs. 296 470 160 / 7 - Fax 296 470 165
e-mail: evlima@mail.telepac.pt

SUPLEMENTO CALDEIRAS



Caldeiras

Paisagem Histórica

A partir do século XIX, as Caldeiras da Ribeira Grande, assumem-se, gradualmente, como lugar de relevo, não só pelo aprazível da sua paisagem, bem como pelo uso, com fins terapêuticos, dos seus banhos termais. Elas passam a ser um *ex-libris* da então Vila da Ribeira Grande, bem como da Ilha de São Miguel. Podemos, então, reconhecer que a verdadeira demanda para as Caldeiras começou.



Artur Jorge Ferreira Santos é um jovem, de 18 anos, contratado, por três anos, pelo Benfica. Natural da Ribeira Grande, o jovem talento está a viver o seu grande sonho: o de jogar numa grande equipa.

Artur Buraca
Um Idealista no Benfica

Cidade da Ribeira Grande:

'Área metropolitana de S. Miguel'

Pólo autónomo e complementar



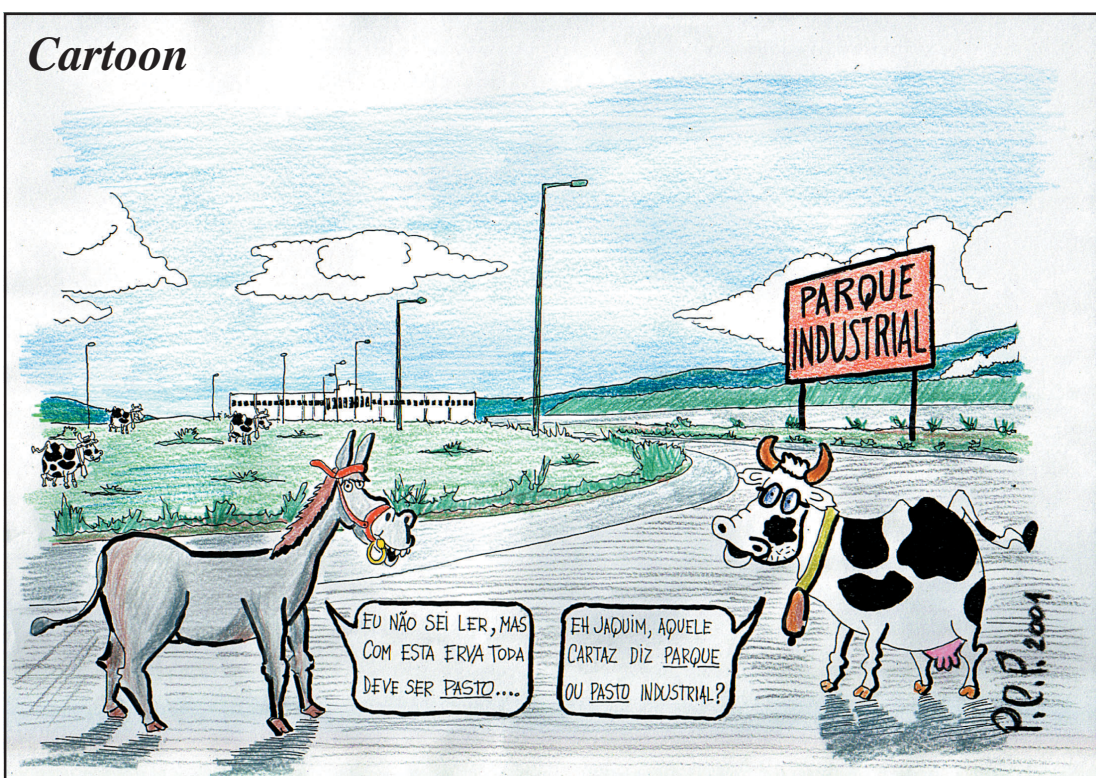
Para a Cidade da Ribeira Grande, a não ser que queira continuar a ser um mero 'satélite', ou um 'amplo e cinzento dormitório', é não só vital como inevitável que se afirme e relacione dentro do multissecular triângulo formado por ela, pela Cidade de Ponta Delgada e Vila de Lagoa, designado pelo Professor Doutor José Cabral Vieira por 'área metropolitana de São Miguel'. Para tal necessita de resolver já o gravíssimo problema das suas acessibilidades: Variante, Via Litoral, Via Rápida Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande e vias centrais no interior da malha urbana histórica. Só assim se poderá tornar mais apetecível, não só ao visitante como ao investidor.

Necessita ainda de resolver com tacto e firmeza o dilema entre duas indústrias, hoje conflituais, futuramente complementares: a ligada à construção civil, e seus derivados, que muita mais valia e emprego têm dado à terra, porém, com o desgaste dos patrimónios edificado e paisagístico, e a futura indústria do lazer, neste caso a do turismo. Trata-se, simplesmente, de 'não deixar morrer a galinha de ovos de ouro'.

Precisa, sobretudo, de pensar que tipo de Cidade quer ser e planeá-lo agora para os próximos dez, quinze anos, rumo a um futuro onde a qualidade de vida não seja a vil e apagada tristeza da de hoje. Urge fazê-lo com as suas duas parceiras, não numa lógica estritamente concelhia, mas de área.

DIÁLOGOS **PÁG. 8**

Cartoon



TOYOTA



RUI & GASTÃO, LDA.
Praceta da Pranchinha, N.º20
Telef. 296 304 900 - Fax 296 304 919
9500 Ponta Delgada



Crie a sua história

Editorial oliveiramoura@mail.pt

A. Salvaguarda do Solar de Lalém na Maia

Recuso-me, apesar da legislação invocada em contrário, em nome dos benefícios que o 'Ciclo' de Turismo trará, a aceitar a inevitabilidade da construção pela firma Caetano Raposo & Pereiras de dois inestéticos abrigos pré-fabricados junto a este modelar equipamento turístico, na freguesia da Maia, por três razões:

1- Convém à Ribeira Grande e certamente à sua representante, a Câmara Municipal, porque sendo este o Concelho micalense mais carente em boas infraestruturas turísticas, não só não pôr em causa a funcionalidade das existentes como promover o surgimento de outras iniciativas de igual qualidade;

2- Convém ao Solar de Lalém, que atingiu um notório e reconhecido patamar de qualidade manter esta mais-valia;

3- Convém à firma Caetano Raposo & Pereiras, não criar má-fama junto da numerosa e selecta clientela internacional, atraída pelo 'slogan' *Açores, Natureza Quase Intacta*, certamente potencial utente dos seus serviços.

Em suma, será mais fácil mudar a localização dos Abrigos Pré-fabricados do que transferir o Solar de Lalém. Consulte-se, ao que consta, a recém aprovada Lei de Bases do Património e, talvez, se encontre uma solução consensual. Havendo Vontade, Bom-Senso e Bom-Gosto, obviamente. É caso para se dizer: 'Não se mate a galinha dos ovos de ouro.'

B. Salvaguarda do Coliseu Micaelense da Cidade de Ponta Delgada

Sou a favor da salvaguarda do Coliseu Micaelense, mas, a serem

correctas as notícias divulgadas por diversos órgãos de comunicação social daquela Cidade, ao que parece não desmentidas, sou contra a sua 'aquisição e recuperação pelo Governo Regional dos Açores' (A.O., 31 de Julho de 2001), por duas razões:

1- Porque há muito vivemos em clima pré-eleitoral para as autárquicas, o Governo Regional dos Açores pode ser acusado de favorecimento desleal à candidatura do P.S. à Câmara Municipal de Ponta Delgada, desfavorecendo injustamente todas as demais, incluindo, por isso, a do partido que sustenta o governo à Câmara da Ribeira Grande;

2- Porque, sendo assim, é lícito esperar do Governo Regional dos Açores, passe a metáfora, como Pai que se pretende justo e imparcial, que use do mesmo critério para os restantes filhos legítimos da Região Autónoma dos Açores, a saber: 5 Cidades e 14 Vilas.

Estes, em nome do tão decantado Princípio de Subsidiariedade Regional, esperarão que o, pelos vistos, **Abonado, Misericordioso e Magnânimo** Pai lhes adquira e recupere, ou construa algo equivalente a dois Teatros (Teatro Micaelense - já confirmado -, Coliseu Micaelense - no segredo dos Deuses), a um Parque da Cidade (Pinhal da Paz), a um Hotel-Escola, a um Parque de Congressos, a uma Marina, a uma Avenida, etc. e tais.

Que se saiba, o Governo Regional não nadará em dinheiro. Então, só poderá ser das duas uma: ou uma evidente, ilegal e injusta manobra eleitoral, ou um simples espirro epifenómico da nossa *silly season*.



7.ª ARTE



Há coisas que teimam em não morrer, ou que, quando parecem já à beira da extinção encontram novo fôlego e renascem das cinzas. Outras ainda erguem-se da noite do esquecimento a que o tempo as votou, voltando com a sua presença teimosa ao mundo dos vivos. É neste último caso que se insere "A Estrela Oriental", ilustre representante do combativo jornalismo do séc XIX e inícios do XX, que desde há três números faz sentir a sua presença entre nós, ressuscitado pela teimosia de um verdadeiro "magriço" da cidade nortenha da ilha do Arçanjo. Incomodativo para uns, uma lacuna que há muito urgia preencher para outros, este mensário é acima de tudo um desafio para todos, desde aqueles que se atreveram a voltar a dar-lhe voz, às forças vivas do concelho a quem compete acarinhá-lo, para que essa voz que é a sua não se volte a calar, e até a mim, a quem foi incumbida a tarefa de ocasional escrevinhador de coisas da sétima arte, qualidade na qual aqui me apresento hoje.

A 7.ª Arte, curiosamente, é mais uma dessas coisas que se recusa a morrer. Nascida no final do séc XIX, tornou-se na arte por excelência do séc. XX. À proliferação inicial dos "nickelodians", primeiros recintos onde se podiam ver as "fitas", seguiu-se a explosão das salas de projecção. Nos cinco

continentes, o ritual da sala escura torna-se num facto da vida. Por cá, assume um estatuto quase tão sagrado como a missa do domingo, encantando de maneira particular os jovens e a miudagem, mas apelando também irresistivelmente aos adultos, não faltando quem tivesse o seu lugar cativo no cinema da sua localidade. Mas nos anos cinquenta tudo mudou. A invasão das nossas casas pela caixa mágica a que chamamos televisão fez tremar a 7.ª Arte. Salas de cinema fecham em todo o mundo, e o fim parecia à vista. Mas, apostando num tipo de produção nitidamente diferenciado do produto televisivo, a quem legou como herança o conceito de filme de série, que o pequeno écran transformou nas séries que hoje conhecemos, a indústria cinematográfica reagiu, deixando claro que o grande écran não iria morrer. Desaparecem as salas de filmes de série B e a maior parte dos cinemas de província, que exibiam geralmente duas "fitas" por sessão, assim como muitas das grandes e sumptuosas salas de estreia. Mas em compensação surgem os pequenas "cinemas de bolso" e os "multiplex", que fazem renascer uma forma de ver cinema que parecia já moribunda. Um pouco por toda a parte o cinema resiste, e até retoma terreno, identificando e ajustando o seu produto aos vários segmentos de mercado. Nas nossas ilhas o tempo não parou, mas é seguramente mais lento, como se aqui os minutos, horas, segundos, dias, semanas, anos ou meses tivessem uma duração mais longa do que no restante universo. Coisas da relatividade que não sei explicar, mas que retardaram por duas décadas o surgimento da tal caixa mágica pelas nossas paragens.

Mas quando ela surgiu o efeito foi devastador. Aqui nesta ilha que chamamos nossa, as salas de cinema que por ela se espalhavam foram fechando em cadeia, ultrapassadas pelo tal caixotinho ridículo, mas bem mais poderoso devido à sua estratégica colocação no seio das nossas casas. Poucas escaparam, e o Teatro Ribeira-Grandense não se encontrava entre os sobreviventes. Com uma vida intermitente nos anos 80 e uma degradação física visível, que levou ao seu desactivamento total no final dessa década, parecia também condenado a um fim inglório qualquer. Felizmente, houve querer e poder, e o Cine Teatro Ribeira-Grandense renasceu das cinzas, qual "fénix renascida". Sobre o renovado complexo que é hoje abstenho-me de considerações leigas, podendo apenas dizer que na minha modesta opinião qualquer cidade onde se encontre deverá sentir-se orgulhosa. Sobre a reabertura de um espaço dedicado à 7.ª Arte, na sua forma final mais pura, que é a da comunhão colectiva dos espectadores com o mundo alicante do grande écran, só me resta regozijar, desejando que o menú apresentado pela empresa exploradora das salas de cinema traga aos espectadores não só o desejado entretenimento, mas também alguns desafios. 7.ª Arte, 'A Estrela Oriental' e Cine Teatro Ribeira Grandense. Um trio de resistentes que teimam em libertar-se das leis da morte. Um trio que espero, continue a ser acarinhado por uma cidade que os merece, e que deles necessita.




Cupão de Assinatura

Fotocopie e envie para A Estrela Oriental, Apartado 6, 9600 Ribeira Grande

Desejo ser assinante do jornal A Estrela Oriental, recebendo o jornal na morada indicada

Junto envio cheque no valor de 1000\$00 (5€) do Banco _____

Nome																				
Morada																				
Localidade													Código Postal							
País					Telefone							Nº Contribuinte								

Ficha Técnica:



Jornal Mensal

Director: Oliveira Moura

Director-adjunto: Melo Teodoro

Colaboradores: António Valdemar, Cristóvão de Aguiar,

Daniel de Sá, Fátima Borges, Fernando Silva, Luís Noronha, Nelson Tavares, Onésimo de Almeida, Pe. António Rocha, Pe. Edmundo Pacheco, Pedro Câmara Pereira, Teófilo de Braga, João Miguel Fernandes Jorge

Propriedade:

 **Cooperativa Mãe d'Água, C.R.L.**

Sede: Centro Cultural de R. Grande

Publicidade: Luís Faria

Contacto: 919020517

Paginação: Francisco Veloso



Porte Pago

Região Autónoma dos Açores

Contribuinte N.º 512 060 398

Número de Registo: 123813

Apartado 6, 9600 Ribeira Grande

Correio electrónico: estrelaoriental@portugalmail.pt

Telm. 963560639

Depósito Legal N.º: 166371/01

Impressão: Coingra

Parque Industrial de R. Grande

Tiragem 1500 exemplares

Diálogos - Professor Doutor José Cabral Vieira

Mário Moura / Hermano Teodoro

A economia ribeiragrãndense 3.º Agregado populacional dos Açores

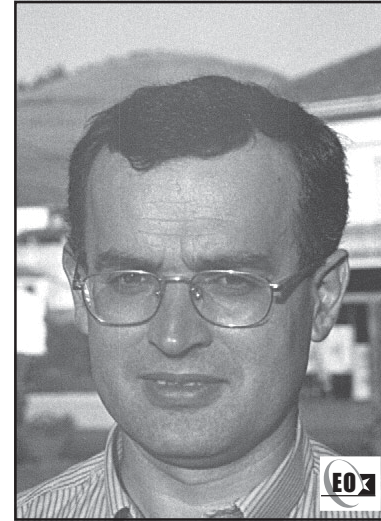
MM: Poderá caracterizar, em termos breves, social e economicamente a Ribeira Grande no contexto das restantes cidades insulares?

CV: Antes de mais, falar da Ribeira Grande, em termos de superfície, é falar de uma realidade com cerca de ¼ da Ilha de São Miguel. No que respeita ao seu enquadramento na realidade insular, estamos a falar do terceiro agregado populacional dos Açores, logo a seguir a Ponta Delgada e a Angra do Heroísmo. Trata-se de uma realidade, no contexto regional, com uma determinada vocação industrial que se pode ver através de uma certa localização da indústria da construção civil, todo o processo a montante desta indústria, como, por exemplo, a construção de blocos, a extracção de areia, extracção e serração de basalto. Depois temos outras actividades industriais, nomeadamente os lacticínios e a geotermia, embora

haja quem considere esta última como um serviço. Será ainda de referir, e isso é de relevar, que é uma realidade bastante próxima do principal centro populacional e económico dos Açores: Ponta Delgada. **No contexto regional, coloque-se prudentemente tal expressão entre aspas, existirá uma área metropolitana, formada por Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa. Estes são os três centros económicos mais dinâmicos do arquipélago.** Tal facto, ao que creio, explicará a própria fixação da população. Analisando o último Recenseamento Geral da População, constatamos que, em termos de crescimento da população residente, há um acréscimo percentual elevado da população deste triângulo que, entre 1991 e 2001, cresceu bastante acima da média regional: em primeiro lugar, surge a Lagoa, em segundo, Ponta Delgada e, em terceiro, a Ribeira Grande. No caso concreto da Ribeira Grande,

a taxa de crescimento é de 4,83%, enquanto que a média regional é de 1,8%. Exceptuando Vila Franca do Campo, que está ao mesmo nível estacionário, Povoação e Nordeste diminuem. É pois, Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada, a grande área de crescimento. Aliás, as fronteiras concelhias nesta área, à medida que as cidades se vão expandindo, tendem cada vez mais a esbater-se: para as cidades de Ponta Delgada e de Ribeira Grande e para a vila de Lagoa, talvez mais do que falar em fronteiras concelhias, será mais útil pensar-se em termos de complementaridade e reciprocidade. Não temos dúvidas que uma parte do significativo crescimento populacional da Lagoa, atingindo qualquer coisa como 9,5%, por conseguinte, muito acima do 1,8% de crescimento médio da Região Autónoma dos Açores, terá a ver com a expansão de toda a área de Ponta Delgada: as

peças começam a deslocar-se para a Lagoa. À medida que as vias de comunicação forem melhorando, nomeadamente a anunciada ligação Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, a mobilidade entre elas será muito maior, o que permitirá a alguém residir numa e trabalhar noutra. A sua interdependência tenderá a aumentar, assim, justifica-se que os grandes projectos, mesmo os infraestruturais, devam ser encarados cada vez mais em conjunto, ao nível de área, não ao nível individual, de cada espaço em si mesmo.



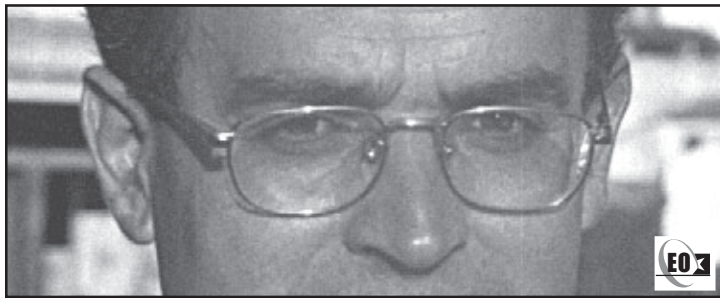
Nasci em Ponta Delgada, ilha das Flores, e aí permaneci até aos dezasseis anos, altura em que me transferi para a cidade da Horta. Nesta cidade, estudei do 10.º ao 12.º anos de escolaridade, tendo posteriormente

rumado à cidade de Lisboa, onde me licenci em Economia pela Universidade Técnica. Em 1987, regressei aos Açores. Casei em 1989, voltei no mesmo ano a Lisboa para fazer um Mestrado na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Em 1994, rumei à Holanda, onde fiz o Doutoramento em Economia na Universidade de Amsterdão. Desde 1987, tenho vindo a exercer funções docentes na Universidade dos Açores.

Escrevi para o jornal *Açores*, se não me erra a memória, de 1992 a 1994, mais tarde transformado em *Revista Açores*. Ainda em 1994, já na Holanda, mantinha uma coluna semanal naquela revista. Depois, por dificuldades de comunicação, não havia ainda o recurso ao correio electrónico, parei esta colaboração. Há cerca de um ano, recomecei a colaborar com a imprensa local, no caso vertente com o jornal *Atlântico Expresso*.

Desde Novembro de 2000, sou deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pela Ilha de São Miguel, eleito como independente na lista do Partido Socialista. Continuo, entretanto, por me ser permitido, a colaborar com o Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores. Ainda antes de ser deputado, era e mantenho a Direcção do Mestrado em Gestão Pública

'Área metropolitana de São Miguel'



MM: O que se designou, entre aspas, por área metropolitana da ilha; ou seja, no triângulo Ribeira Grande, Lagoa e Ponta Delgada, encontra justificação ainda em finais do século XV, vivendo-se, desde então, num regime de complementaridade em pé de igualdade. Contudo, hoje, Ponta Delgada dita o desenvolvimento das outras duas: Lagoa e Ribeira Grande. Veja-se o exemplo do Turismo, em que o Governo Regional estabeleceu três Centros: Ponta Delgada, Angra e Horta.

CV: A que nível?

MM: Ao nível de todas as infraestruturas dos serviços de apoio ao Turismo: Direcções e Delegações Regionais de Turismo, etc. Ao nível governamental, pois ao nível da iniciativa privada cada qual é livre de investir onde bem entenda. Ou mesmo ao nível do incentivo público autárquico. **Todavia, quando entra o incentivo público regional, dinheiro de todos nós, para estimular uma área em**

detrimento de outra, muitas vezes para reforçar o que já é forte, em detrimento do mais fraco, aí algo vai mal. O árbitro está a tomar partido. Por exemplo, uma coisa é a iniciativa privada dizer que hotéis rentáveis só na cidade de Ponta Delgada, outra é o Governo Regional, fazendo tábua rasa ao desenvolvimento harmónico, multipolar, aceitá-lo. O que deve fazer é, tal como sucede em outras ilhas, criar condições de investimento.

Inclusive, as vias de comunicação prometidas para o triângulo, na melhor das hipóteses só estarão prontas, se não houver nada pelo contrário, nos próximos dez anos. Até lá o 'lobby' da construção civil, pelo que se vê, aposta em grande na construção, em extensão e em altura, na área de Ponta Delgada. Um dos seus representantes confessou publicamente que nos próximos dez anos a população de Ponta Delgada atingirá os 100 000 habitantes. De onde virão? Das

outras ilhas? Do resto da ilha? Por um lado, é a desertificação das outras ilhas e do interior da de São Miguel, por outro, é a concentração em Ponta Delgada, com todos os inconvenientes negativos para a perda de qualidade de vida dos pontadelgadenses.

CV: Já se nota a saída de população de outras ilhas. Aí há dois elementos a considerar: Ponta Delgada começa a ficar saturada e as pessoas cada vez mais procuram trabalhar no centro e viver fora. Com as novas vias de comunicação, Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande ficarão, por conseguinte, com melhores condições. De facto, creio que a tendência destas duas cidades e uma vila é para crescerem. Se as pessoas, vão circular dentro deste triângulo, então os poderes públicos têm que concorrer com as infraestruturas adequadas, nomeadamente as novas vias de comunicação, as acessibilidades, que temos vindo a referir.

MM: E fora desta área?

CV: Não tenho muitas preocupações em relação a este pólo, que designo por *área metropolitana*, creio que com as infraestruturas projectadas ele terá o dinamismo necessário para se desenvolver. Todavia, em relação a outros concelhos da ilha e a outros de outras ilhas, aí começo a sentir alguma apreensão. Neles, ao

contrário da Ribeira Grande que tem uma determinada taxa de atracção de pessoas, ou pelo menos não tem uma determinada taxa de repulsão, desconheço a natureza do fenómeno, estes concelhos têm uma taxa de repulsão bastante elevada. As pessoas, exactamente por falta de oportunidades, tendem a sair. Como não tenho dados estatísticos pormenorizados não sei se a Ribeira Grande tem uma taxa de repulsão baixa ou uma taxa de atracção elevada. Mas isso terá a ver, em princípio, por um lado, com o desenvolvimento que se tem verificado nos últimos anos, por outro, também com a proximidade e com o desenvolvimento de Ponta Delgada. Creio que o desenvolvimento desta última cidade, só pode trazer benefícios para a cidade da Ribeira Grande e vice-versa. Mas a questão da complementaridade reflecte o desenvolvimento de modelo integrado, os projectos terão que ser comuns, será necessário ter uma visão global de toda esta área. Assim, por exemplo, sendo verdade que os hotéis estão localizados em Ponta Delgada, porém, pode haver complementaridade turística com a Ribeira Grande.

MM: Como?

(Continua na pag.6)

O Professor Doutor José Cabral Vieira, ligado, de um modo independente, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, aceitou a participar nestes "Diálogos", não na condição de deputado, mas sim na de Professor Universitário e de cidadão.

IEI



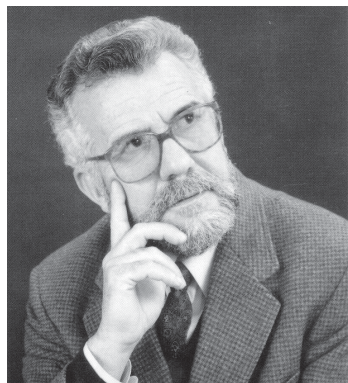
Instalações Eléctricas Industriais, Lda.

Executamos Instalações: Eléctricas Telefónicas Elevadores Ar Condicionado
Redes de Distribuição de Média e Baixa Tensão
Postos de Transformação

Comércio de Material Eléctrico

Rua Engº José Cordeiro, 10 - APT.251 9501 - 903 Ponta Delgada
Telef. 296 30 23 30 Fax. 2 96 63 64 75 iei.sede@mail.tel.pac.pt

Uma conversa sobre Nemésio - II



Penacova, Segunda-feira 2 de Abril de 2001 - Conheci Vitorino Nemésio, em carne e osso, numa viagem de provisório regresso à Ilha, a bordo do *Carvalho Araújo*, após o meu primeiro ano de estudante de Coimbra. Além do alvoroço de ir ao encontro da Ilha, nesse tempo ainda não perdida em totalidade, mas já querendo alojar-se no íntimo, e cuja ausência me havia sido penosa $\frac{3}{4}$ tive a sorte de ver visivelmente o poeta de *Bicho Harmonioso* e o escritor de *Corsário das Ilhas*, título em que foi inspirado o nome da *República* onde vivi como estudante. Local mais bem escolhido não poderia ter sido escolhido para tal encontro: um navio e o mar, os dois pilares sobre os quais assenta a trave-mestra da sensibilidade do ilhéu ilhado ou desilhado. Dou a palavra ao Poeta: *Como eu gosto de estar / Aqui na minha janela / A dar miolos às aves!*

Ponho-me a olhar para o mar: / $\frac{3}{4}$ Olha um navio sem rumo! / E, de vê-lo, dá-lho a vela, Ou sejam meus cílios tristes: / A ave e a nave, em resumo, / Aqui, na minha janela [...]. Todas as tardes levo a minha sombra a beber, / Como uma nuvem, ao mar que saiu do meu ser: / Não é mais doce a sombra do cavalo / Aberta pelo luar, e o dono a acompanhá-lo [...].

Como bicho não harmonioso que eu era nesse tempo já tão abolido, não me atrevi sequer a chegar à fala com o demiurgo de *O Mistério do Paço do Milhafre* e de *Casa Fechada*. Mas, como sempre fui curioso e bom ouvinte, fui-me aproximando,



timidamente, do grupo de estudantes para quem Nemésio preleccionava. Dissertava sobre cavalos, havia alguns no porão. Achei estranho. Mas, no decorrer rodeado daquele retouçar da palavra, como na Ilha se diz, o espanto foi tomando posse

de mim ou eu dele. O Poeta não discorria sobre o cavalo como um qualquer eguariço. O animal transmutara-se, no brasido da conversa, em pretexto cultural para o Mestre excursionar pela Idade Média, com os seus cavaleiros andantes, a poesia trovadoresca, o D. Quixote... Sabia eu já que os seus alunos da Faculdade de Letras experimentavam grande dificuldade em tomar apontamentos, porque as aulas do Mestre rasgavam janelas para o imenso mundo da Literatura, da Linguística, da História, da Filosofia, da Ciência, que o Professor tão magistralmente encadeava, vogando na asa de uma palavra mais assinalada, de uma sugestão, de uma associação de ideias. As suas prelecções na sala de aula não se compadeciam com a estreiteza de uma lição monótona, com plano prévio e com as consabidas fases de motivação, exposição, e não sei que mais, até à consumação da aridez pedagógica e à consumição dos estudantes estenografando anotações para o seu magro sustento intelectual...

Mal sabia eu que aquela divagação sobre o cavalo, no navio e com o mar servindo de fiança, seria a gestação ou já a fase de preparação de um

livro de poesia, *O Cavalo Encantado*, publicado dois anos mais tarde: *O meu cavalo é todo memória: / Um fio de vento contra estrelas, / A lanterna que sai da cocheira, como elas / Do pó da noite para as nuvens altas. / Nas lavas do mar doce, ele manso e a quatro / Compõe comigo um largo movimento, / Uma continuação de amor e de começo / Entre canas de aurora e melros debicados: / Ele vivo e móvel como quem é tudo, / Cavalo de horizonte, e pelo modo de beber, / O topete na cara, o olhar de lua, a pata fresca, / Alto da morte por enquanto na minha vida de cavaleiro hoje madrugando [...].*

Não se poderá falar de Vitorino Nemésio sem, pelo menos, se lhe associar duas grandes personalidades suas contemporâneas, em Coimbra: Miguel Torga e Paulo Quintela. Enquanto Professor em Bruxelas, nos finais da década de trinta, Nemésio teve como aluna André Crabbé, já nessa altura, interessada pela obra torguiana. Vinda para Portugal em consequência da Segunda Guerra Mundial, vive temporariamente em casa de Nemésio, então na Rua Antero de Quental, onde conhece o escritor que nessa



altura já havia publicado *Ansiedade*, *Rampa*, *Tributo e Abismo*, em poesia; e *Pão Azimo*, *A Terceira Voz* e os três primeiros dias da *Criação do Mundo*, em prosa. Poucos anos mais tarde, e creio que apadrinhado pelo próprio Nemésio, realiza-se o casamento civil de André Crabbé Rocha com o cidadão Adolfo Correia da Rocha, médico, natural de São Martinho de Anta, que, como poeta e escritor, havia já adoptado, em 1936, no seu livro *A Terceira Voz*, o pseudónimo de Miguel Torga. (Continua)

Cristóvão de Aguiar



Confecção - Limpeza a Seco

Rua da Praça, 35
Telef./Fax: 296 474 189
e-mail: mmctsousa@net.sapo.pt

Vestuário de senhora por medida

Vestidos de Noiva
Vestidos de Comunhão
Vestidos de Cerimónia



Tecidos a metro
Acessórios de costura



Fardas e uniformes



Limpeza a seco
Tratamento e conservação de peles

JOSÉ DO COUTO, LDA.



AREIA DRAGADA
E AREIA FABRICADA

EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ESTRADA REGIONAL, N.º 34 ◆ 9600-214 RIBEIRA SECA RGR
TEL.: 296 470 410 ◆ FAX: 296 470 419



**Nova
Gerência**

2ª a 5ª Feira
das 19H00
às 24H00

de 6ª Feira
a Domingo
das 18H00
às 02H00

Rua da Ribeira, nº 2 - R. Grande
Telefone 296 473 265

Rodeado de Ilha

VERSOS A UMA CABRINHA QUE EU TIVE

Não sou bom a procurar aquilo que perco. Nem os “Versos a uma cabrinha que eu tive”. Poema que li – e já não sei a que livro de Nemésio pertence – um pouco antes de o ter como professor. Esses versos acompanhavam-me, muitas vezes, no caminho de minha casa até às suas aulas. Mais do que os versos do poema, o seu título ainda hoje me ocorre.

Ligo esses versos a uma cabrinha aos personagens do *Mau Tempo no Canal*, de onde se ergue, sempre, a serpente cega. Sobre o chão do Faial ou do Pico, de uma onda na travessia do Canal ou no desfazer de uma curva que leva à Urzelina, ela surge. A cabrinha deixa-se enfeitar nos seus cornos com a serpente cega. Não vinculada ao ouro ou à única pedra preciosa que lhe dava a visão, mas tal como o tenente pobre da Margarida Dulmo se habituou a vê-la: anel; serpente cega enroscada ao dedo anelar dessa espécie de fada faialense. A minha serpente cega não é um aro de ouro com um rubi encastrado numa das esferas oculares e com o outro olho vazado. A serpente cega que guardo não passa de um retorcido ferro. A sua extensão é bem maior do que a necessária para um anel. Os Dulmo ou os Terra poderiam dela ter feito um colar ou uma pulseira. Teria ficado bem rodeando o pescoço ou um dos pulsos de Margarida. Mas qual deles a levantaria do chão dos campos – peça de arado ou de outro qualquer instrumento agrícola terá sido a sua origem – para o tratamento de um joalheiro? Nenhum. Salvo Nemésio, o próprio, não enquanto figura da sua prosa, mas enquanto personagem de si mesmo e dos seus versos. Ou, quem sabe, enquanto recolhida nota sobre nota, para o seu estudo sobre os Jesuítas ou para *A Mocidade de Herculano*, tivesse entressonhado uma serpente. Não de ouro, modelo tão em voga nos anéis desde o final do século XIX até ao período entre as duas guerras, mas de ferro.

Também eu tive Nemésio como professor, como muitos outros que passaram pela Faculdade de Letras de Lisboa. Era uma turma de História da Cultura Portuguesa. Fui sempre um aluno de pouca assiduidade. Mas manhã em que me levantasse cedo, não perdia as suas aulas. Nelas tudo cabia. Desde a cultura da batata (ou da semilha) à teoria sociológica de Werner Sombart.

Dele não esqueço o seu histrionismo ao contar uma passagem de Gaspar Frutuoso sobre o povoamento da ilha Graciosa. Aí é referida uma família que desde cedo habitou a ilha: os Sodré. Desse episódio fixei o seu entusiasmo e o realismo que emprestou à cena de um afogamento

pode-se ver o rebrilhar desse sal e nele se inscreve uma vaga figura humana”. Nunca estive na Graciosa num dia quente de julho. E não me parece – os temas bíblicos renascem, muitas vezes, da palavra de Nemésio – que o ilhéu da Praia, visto da vila, em algum dia quente de julho, se assemelhasse à

São gente que fala dos deuses do Olimpo ou da processão dos nomes de um deus único. O seu auditório – quem os vê e ouve acabou de ser despertado de madrugada e rapidamente regressa à paz consoladora que o sono representa no inferno quotidiano – parece-se com

aproximar o desejo de felicidade da perdiz e do caçador ou, então, do peixe e do pescador.

Dizem-me, os da Ribeira Grande, que não me posso alongar mais. Que tenho de ficar por aqui, mesmo em ano de centenário de Nemésio. Todavia, ainda me atrevo a dois ou três parágrafos. Um dia, num almoço do grupo Cénico da Faculdade de Letras, coube-me a sorte ou o azar de ficar sentado ao seu lado. Não me falou dos Açores, mas do Brasil e da festa de Santo Antão, em Óbidos. Pelo fim do almoço acendi um cigarro. “Tu fumas, rapaz! É uma coisa tão feminina!” E iniciou uma interminável conversa com quem estava sentado do outro lado.

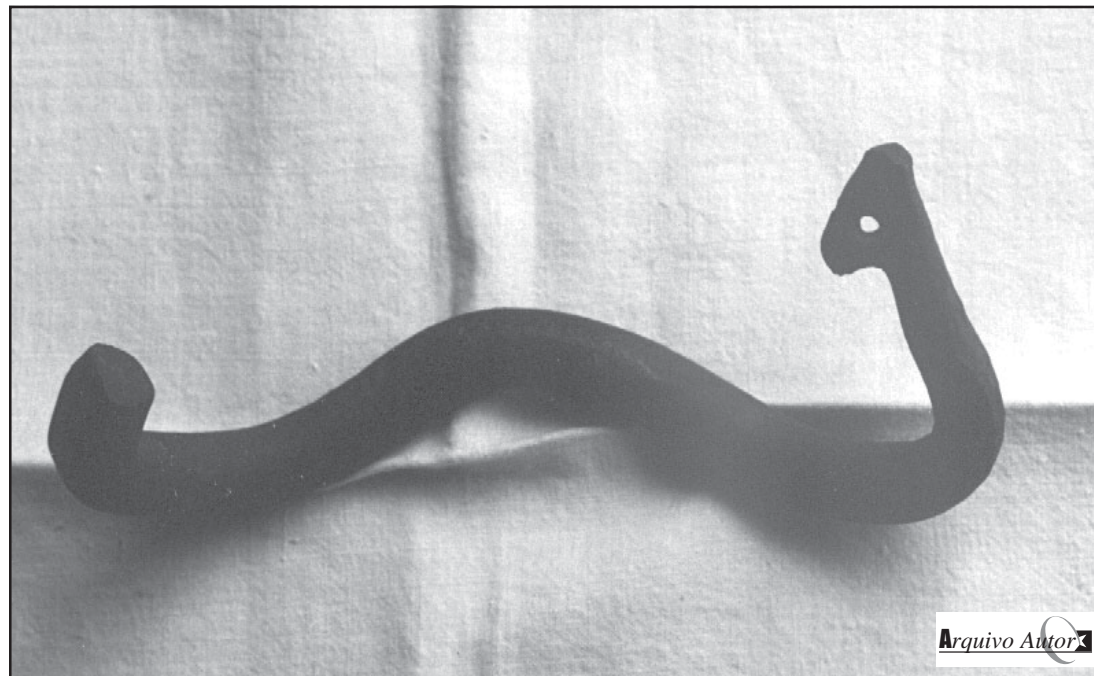
Vinguei-me, mais tarde, quando pus num poema, a sua Terceira, a crescer; não para cima, mas para baixo; e muito devagar.

Por sua causa, levava na lista de coisas e sítios a ver, quando cheguei pela primeira vez a S. Miguel, a Lagoa do Congro. Aí, sim. A sua cabrinha move-se com destreza, de oco em oco de árvore. Ela representa um facto ético sobre fundações inabaláveis. Que é quando à angústia de imoderada compaixão se segue a dor de uma raiva inocente, mas impiedosa. Sob os seus cascos desliza muito longe o nosso pensamento; serpente que se eleva na aérea música do vento por entre os compactos troncos de criptoméria.

Aí, na margem da Lagoa do Congro, juro ter já ouvido a sua voz, escondida, entoando a lenga-lenga do *Romance das Cinco Guardas*: a primeira guarda era um velho que não dormia; a segunda guarda era uma campana garrida; a terceira guarda, uma leoa parida; a quarta guarda, um rio que bem corria e a quinta e última guarda era dois manos que eu tinha.

Fala mais ou menos assim a canção. Nemésio girava-a entre os dedos como um redondo seixo; como a medalha do seu primeiro centenário, anverso e reverso com os versos do seu rosto. Haveria de a atirar, por fim, depois de bem cantada, às águas da lagoa. No mais perfeito dessa água, a vida tem a profundidade e a escuridão de um tanque de lodos abatidos. A vida: serpente cega de uma canção.

João Miguel Fernandes Jorge



de um desses Sodré, ao regressar a nado do ilhéu da Praia.

A aula terminou com uma incursão heráldica sobre as armas dos Sodré. As palavras que descrevem as peças das armas caíam sobre a sala como se fossem, ainda, o doloroso e último impulso para uma braçada de quem iria perecer, afogado. Nemésio fazia rolar sobre o silêncio da sala, o derradeiro golpe contra a fúria da onda: “Sobre o azul, um chaveirão de prata carregado de três estrelas de seis pontas, de vermelho, acompanhadas de três gomis de prata. Sobre o todo, um leão devorador, garras e língua tiradas de muito rubro”.

Durante anos tenho mantido a visão dessas armas dos Sodré. (Parece que não eram bem assim. Alterou-as um pouco. Pelo menos no que respeita à figura do leão. Mas sempre que vejo o ilhéu, da avenida marginal da vila da Praia, vejo uma imensa onda arrastar, ferozmente, para as funduras do Atlântico um desses homens primeiros no povoamento da Graciosa).

Nemésio dizia mais, no relato desse afogamento: “A onda, uma coluna de sal, avançou sobre o rapaz. Na margem do ilhéu, em dia de julho de muito sol

salinizada Sodoma sobranceira ao Mar Morto.

Há, nas figuras criadas por Nemésio, muito de auto-retrato. Ele paira entre essa cabrinha que insinua ter tido, um dia, na sua ilha de infância e essa “Menina Rosa de Holanda” (“Azul à porta, aroma na janela, Dêne que a vi a minha vida anda/Amarela, amarela”) transfigurada pela sua imaginação. Para depois parecer que termina, na sua extensão de homem e de poeta, junto desse poema “Pedra de Canto”, onde a idade surge pronta a explodir num canto derradeiro, mas não resignado na amplitude de voz e de sexo.

Também há muito do seu retrato nos personagens que constrói nas páginas da sua ficção. Irrompem, brilham e extinguem-se de um modo veloz. São vozes de gente que dá às suas palavras um carácter de secreta veemência, para logo de seguida a transformar, tal como um olhar vazio se pode trocar por uma imagem de medo. Essa gente nemesisiana tem energia, mas também tem e sabe suportar grandes dores. Num geral são homens ou velhas mulheres que irrompem de madrugada, vindos da lonjura do sono, com as suas cabeças cobertas de cabelos brancos.

inocentes pastores que trazem as suas horas nas terras de erva da Terceira. Mas esses velhos vêm à boca do sono de cada um dos seus ouvintes e dizem: “Este mundo não é nada fácil”.

É este o modo sobre o qual Nemésio edificou a sua obra. A vida da ilha permanece. Rodeia a sua escrita e quando alguém enterra as mãos nos bolsos da sua fala encontra uma economia que não está directamente assente no dinheiro, mas numa compaixão convulsiva. É que, na ilha da sua escrita não há, de uma forma exacta, sentimento, mas sim sensibilidade.

Como justifico o que estou a dizer? Não serei eu quem o terá de fazer. Nemésio encarrega-se disso na quase totalidade dos seus versos. Veja-se aquele com que termina “Menina Rosa de Holanda”. É assim que lhe dá fechamento: “Rosas de fogo, menina Rosa, me coube dar”.

Dar. Um verbo que não é transporte de sentimento. Somente leva consigo sensibilidade, como um insecto pólen nas suas patas ou um pássaro um insecto no bico. Um verbo que quer transmitir o desejo de, a um tempo, fazer a rosa feliz e a Rosa (igualmente) feliz. Um pouco como quem quer

OPINIÃO

Olá a todos!

O meu nome é Bruno Raposo, tenho 21 anos e sou estudante do 3.º ano de Psicologia da Universidade Lusófona em Lisboa. Além disso, sou micaelense e nortenho.

Venho através deste e-mail salientar a minha satisfação ao saber da publicação deste jornal.

Aquando da minha chegada de Lisboa, e já um pouco cansado, deparei-me com o n.º 3 deste jornal em cima da mesa da sala de estar. Eu que não sabia sequer da vossa existência (ignorância minha, é claro!), fiquei imensamente satisfeito por saber que finalmente o concelho da Ribeira Grande tem um jornal que fale, critique, aprove,

enfim, dinamize as consciências locais, pelos vistos, há muito tempo adormecidas.

Li atentamente o jornal e, como vivi toda a minha infância, parte da adolescência e continuo a passar muito tempo da minha vida no Porto Formoso e no nosso concelho, senti-me feliz/triste com a notícia da abertura do areal ao público. Passo a

explicar: senti-me feliz por tudo o que foi escrito sobre este assunto na secção NORTADAS do jornal, mas triste porque a abertura do Areal de Santa Bárbara implicou, de forma clara, um abandono da Praia dos Moinhos por parte da Câmara Municipal de Ribeira Grande. Enfim, um jornal não serve apenas para produzir

pensamentos agradáveis nas pessoas, para isso, comprava um livro de fábulas e de histórias infantis.

Sem mais comentários a fazer e com disposição para qualquer colaboração com este jornal, despeço-me.

Com cumprimentos,

Bruno Raposo

“O Melhor Café da Cidade” agora com dois novos lotes: Platina e Diamante



JTABACARIA Jovem

de João Carlos Ferreira Medeiros

Rua de S. Francisco, 88
9600 - RIBEIRA GRANDE
Telefone: 296 473 670

Junto ao Hospital

Revistas e Jornais Nacionais e Estrangeiros

Libertar o centro da Cidade

CV: A Ribeira Grande tem, todos o reconhecem, problemas por resolver. Por exemplo, do ponto de vista da revitalização, da recuperação da Cidade, em termos dos próprios edifícios, há uma certa degradação da Cidade. Quem passa nota-o. Como resolvê-lo? Aí há vários poderes públicos. Tem o grave problema do trânsito, que tem que ser prioritariamente resolvido. A Ribeira Grande tem de deixar de ser uma Cidade de passagem, para passar a ser uma Cidade de deslocação e de alguma permanência. As pessoas param, antes do Nordeste e das Furnas, para tomar o café, comer um bolo, mas não permanecem.

Vou sugerir, então, como se poderá realizar a desejada e necessária complementaridade turística (isto é uma visão que tem também o seu quê de económico). Para que as actividades económicas se fixem é preciso que haja uma certa e determinada atracção dos locais. Para o caso concreto da Ribeira Grande, por um lado, desvio de trânsito para a envolvente (pesado), por outro, para a via litoral (ligeiros); ou seja, libertar o espaço no centro da Cidade. Eventualmente, a não ser os carros normais para carga e descarga, não poderá haver trânsito no centro. Não sei se transformá-lo numa espécie de 'calçadas'. Por exemplo, todas as Cidades do Brasil os têm: uma zona central onde pura e simplesmente não passam carros, uma área dinâmica onde as pessoas se deslocam livremente. Tem claramente de

existir uma área desta natureza. É necessário criar condições para que a iniciativa privada se desenvolva. E aí vou chegar à questão da complementaridade em sentido mais abrangente. O facto de as pessoas estarem a viver ou a dormir em Ponta Delgada, não quer dizer que não venham jantar ou almoçar à Ribeira Grande, a distância nem é grande. Mas, ao nível da restauração, é preciso que a Ribeira Grande ofereça este atractivo. O mesmo deverá

acontecer a outros níveis. Uma forma de o fazer passa pela exploração das riquezas paisagísticas e arquitectónicas; não vou dizer se isso deverá ser feito pela iniciativa pública ou pela privada, se deverá ser o público a incentivar os privados. Há exemplos na ilha: as Câmaras da Povoação e de Nordeste contribuíram para a abertura de unidades de alojamento. Poderia ser em outros sectores. Ainda assim, as pessoas podem estar nos hotéis em Ponta Delgada, mas só lá ficam para dormir, todavia, elas podem e devem visitar a Ribeira Grande, ir ao café, ao restaurante, etc.. O caso da Cidade holandesa de Leiden. Parece incrível o que eles conseguem vender aos turistas. Um pequeno fontanário que em si mesmo despertará pouco interesse, está integrado num

circuito da Cidade que demora três horas a completar; o que faz com que as pessoas, com vagar e deleite, parem em vários pontos: esplanadas, cafés e outras valências. A Ribeira Grande tem muito disso. Outro exemplo: Zaanse Schans, uma pequena e



próspera localidade holandesa, permite estabelecer um certo paralelismo com a Ribeira Grande. Ali desenvolveu-se uma poderosa indústria associada aos moinhos de vento. O distrito de Zaan chegou a ter 900 moinhos de vento, utilizados não só para a moagem de cereais, tais como trigo e milho, mas também para moer materiais empregues em outras indústrias, nomeadamente a de tinturaria. Porém, com a inovação tecnológica, esta área entrou em recessão económica. Apesar de alguns moinhos terem desaparecido, o grosso permaneceu. Hoje em dia, a área foi revitalizada. Como? Alguns moinhos continuam activos, com a função de demonstração, integrados num circuito dos moinhos que atrai milhares de turistas. Este recurso patrimonial, que não foi destruído,

transformou-se num inegável potencial económico. Ele sustenta um determinado número de empregos, a restauração e outros serviços ali estabelecidos. Creio que os moinhos da Ribeira Grande poderiam ser utilizados deste modo, tal como o circuito do chá, ou do linho, ou do Arcano, entre outros. A complementaridade no ciclo do turismo entre Ponta Delgada e a Ribeira Grande poderá ser algo desta espécie.

MM: Vimos sem sucesso, há dezasseis anos, propondo isso na área da museologia e património! Aliás, todo o nosso projecto de Museu vai neste sentido: temos estudado os moinhos e feito circuitos dos moinhos, temos feito isso para o Arcano, para o património edificado, para o arqueológico, etc.. Contudo, o Museu não existe legalmente nem tem condições suficientes para se desenvolver. É uma questão de mentalidade.

CV: Temos que começar por identificar os recursos que temos. Voltando aos moinhos. Apesar de estarem inactivos, eles continuam, com uma nova reconversão, a ser um recurso potencial. Dir-se-á o mesmo com o património monumental edificado e outro. É necessário transformá-los em riqueza. Ao nível do conceito é fácil, a dificuldade envolve sempre a sua concretização. A questão das mentalidades não é muito fácil. Excepto no caso de Angra do Heroísmo, onde, ao que parece, já existirá alguma experiência de turismo cultural, no resto dos

Açores está a dar-se os primeiros passos. É necessário haver profissionalismo, não ceder à tentação de 'vender gato por lebre', o turista apercebe-se fácil e rapidamente disso, e o mercado internacional é, nesta área, extremamente concorrencial. Além do mais, e isto é o nosso grande desafio, e a nossa desvantagem: não temos formação nem *know how* nesta área.

Outra questão é que, obviamente, a indústria moderna exige muitas vezes alterações de fundo. Não podemos ter um turismo moderno com uma Cidade neste estado. **Na Ribeira Grande, repetimos, um dos grandes projectos, e tem de ser sempre pioneiro em relação a tudo o mais, é a construção das vias de comunicação; ou seja, libertar o centro da Cidade, pois é necessário que as pessoas se desloquem com gosto pela Cidade. Esta é uma das questões de fundo da Ribeira Grande. A esmagadora maioria das Cidades que vive do turismo, proporciona a circulação pedestre calma e descontraída aos visitantes.**

MM: Torná-la mais atractiva.
CV: Exactamente. E isso atrai depois esplanadas. Não é no meio do trânsito, não é no meio da confusão que isso pode nascer. É preciso ter o espaço convidativo. O centro, sendo uma zona nobre, com a animação própria de uma Cidade, tem de estar livre. O trânsito deve circular pelas artérias laterais.

A Cidade e a partilha de infraestruturas regionais

Direito ou sonho inútil?

MM: Falou-se do peso económico e social, porém, falta referir o seguinte: o peso de se ser Cidade; a descentralização administrativa e a sua mais valia no terciário da Ribeira Grande. Que pensa disso?

CV: É difícil. A acontecer uma descentralização administrativa esta nunca será, por enquanto, numa dimensão que atinja um impacto significativo. Em minha opinião, e isso é intuição, não advém de nenhuma avaliação técnica, a acontecer, eventualmente, uma transferência, nunca será, por exemplo, a de uma Secretaria Regional na sua totalidade. Assim sendo, tal descentralização nunca terá um impacto significativo na economia da Ribeira Grande. No entanto, nunca pensei muito nisso, admito.

MM: Por que é difícil que isso aconteça?

CV: Uma vez mais não está em causa o serviço. Se se tratasse apenas de uma multiplicação de serviços, creio que seria fácil. Do ponto de vista das pessoas, se se tratar de deslocação dos serviços, aí haverá resistência. Por exemplo, a construção de

escolas: os professores podem achar bem que se construam novas escolas, que os alunos se transfiram, todavia, quando se trata da sua transferência, aí talvez já não concordem.

MM: Mas a construção das vias entre Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande fará com que estes pontos distem sensivelmente entre 5 a 10 minutos. Chegar a locais no interior destas localidades, como já hoje sucede, levará mais tempo. Não acho isso, a partir daí, um ponto de vista defensável.

CV: Isso teria sido fácil no momento da construção do sistema autonómico. Há, nos Açores, não sei se existirão recursos financeiros, uma apetência para reivindicar a multiplicação de serviços; todas as terras, a título de exemplo, gostariam de ter um Hospital...

Admito, no entanto, e concordo, que com a melhoria das vias de comunicação a resistência à mudança de alguns serviços seja atenuada; até porque as pessoas tenderão, no futuro, a viver cada vez mais afastadas dos centros das cidades. Além disso, vai ser

mais apetecível viver na Ribeira Grande devido ao desenvolvimento de algumas infraestruturas por parte da iniciativa privada, como é o caso dum hipermercado. De resto, e para além dessa possível quebra de resistência, tudo passa, como é obvio, por uma decisão política.

Importa, contudo, avaliar tecnicamente os custos e os benefícios económicos duma maior descentralização administrativa. Sei que isso não é normalmente feito com rigor, mas esse facto não diminui, nem belisca, a relevância desse tipo de estudos. Talvez não seja por acaso que algumas administrações, nalgumas áreas e nalguns países, têm todas, ou quase todas, os serviços públicos concentrados num único edifício; um edifício multiserviços.

MM: O problema da Ribeira Grande é outro: ela tinha um Hospital e perdeu-o. Parte da maquinaria moderna e um serviço do nosso Hospital, hoje um mero Centro de Saúde, e parte do pessoal que nele trabalha, foi ou está a ser transferido para o Hospital de



Ponta Delgada. Isto tem de ser denunciado.

Por exemplo, a sua unidade de cardiologia, podendo servir o resto do Norte da Ilha, e sabemos como o tempo é importante numa crise cardíaca, foi transferido para Ponta Delgada, a Unidade de Ilha. Não se compreende a não ser numa lógica de concentração, tal como aconteceu e está a acontecer em outros serviços daquele Hospital. O mesmo não sucedeu, felizmente, apesar dos esforços, porque, enfim, houve resistência, em relação à

Protecção Civil. A realidade da ilha de São Miguel, com duas Cidades, uma a Norte, outra a Sul, obrigaria a uma partilha administrativa diferente, complementar. E isto não acontece. Nós aqui pensamos, como deve calcular, sobretudo a geração que atingiu a idade adulta no pós partilha tripolar do poder nos Açores, e achamos que é altura de sermos Cidade com a responsabilidade administrativa que daí advém.

Qual o melhor negócio para a Ribeira Grande? 'Não matar a galinha dos ovos de ouro'

MM: Vamos supor que a Cidade da Ribeira Grande está a tentar discutir o modelo de desenvolvimento que pretende adoptar, por conseguinte, precisa de ponderar as potencialidades de vários modelos conhecidos.

Um primeiro modelo seria designado por *cinco cidades no arquipélago*, *cinco pólos de desenvolvimento*, fazendo assim valer o seu estatuto de cidade. A tripolaridade foi decidida pelas três cidades existentes à época da Segunda Autonomia, passado um quarto de século, existindo mais duas, e, uma delas, Ribeira Grande, no que diz respeito a diversos parâmetros económico-sociais, estará em 2.º e 3.º lugar no contexto das cinco cidades, deverá haver uma nova contratualização entre estas e o poder regional.

Um outro modelo será globalmente designado, entre aspas, por 'área metropolitana', com as seguintes variantes: 1- Área metropolitana de Lisboa, na qual existe uma capital, à volta da qual se espalham cidades-dormitório. São cidades satélites; 2- 'Área metropolitana do Porto, não tendo a cidade do Porto as valências administrativas de Lisboa, existindo em seu redor cidades claramente não-dormitórios, vivendo uma grande complementaridade: porto marítimo na cidade de Matosinhos, aeroporto na da Maia, etc.. São cidades complementares; 3- 'Área metropolitana envolvendo a ilha Terceira', formada por uma das, em termos cronológicos, últimas duas cidades dos Açores, ou seja, Praia da Vitória, na qual Angra concentra todas as valências administrativas e a Praia muito das económicas: porto e aeroporto.

O que lhe propomos é que nos ajude a equacionar os convenientes e inconvenientes de cada modelo e qual será o melhor negócio para a Ribeira Grande. Por outras palavras, em relação a esses diversos modelos propostos de área metropolitana qual o que aconselharia?

CV: Por preferência, se fosse a seleccionar, não optaria pelo modelo de *área metropolitana de Lisboa*, ou seja, uma cidade central com cidades satélites, pois produz



cidades-dormitório, o que causa muitos problemas sociais, nomeadamente os relacionados com o tráfego. Sou a favor do modelo de *área metropolitana do Porto*, com complementaridade entre as cidades. No caso da Ribeira Grande, por exemplo, será possível que o turista pernoite em Ponta Delgada, é a iniciativa privada que os localiza aí, mas que haja serviços que o atraem para a Ribeira Grande, designadamente ao nível da restauração. Isso é um exemplo da complementaridade entre as duas. Obviamente que a Ribeira Grande terá que concorrer com os serviços de animação e de restauração de Ponta Delgada, mas as duas podem beneficiar da mesma fonte; isto é, da vinda do turista. Sou muito mais a favor deste tipo de modelo, porque também provoca menores concentrações. Penso que o grande problema das cidades-dormitório, é que essas cidades ficando desertas durante o dia, transformam-se em enormes concentrações durante a noite, com todos os problemas que isso acarreta. Relativamente ao último modelo, o mesmo passa um pouco pela descentralização de algumas valências. No entanto, a localização das infraestruturas existentes na Praia (porto e aeroporto) e em Angra depende, penso eu, de factores técnicos.

MM: A que modelo, dos que vimos, a *área metropolitana de São*

Miguel aponta?

CV: Eu creio que ela aponta mais no sentido da do Porto, embora tenha, possivelmente, alguns sintomas da de Lisboa. A Lagoa, como vimos, cresceu em termos demográficos, porém, desconheço em pormenor o que o motivou: terá sido só motivado por algum desenvolvimento económico da Lagoa, ou terá sido por a Lagoa servir também de dormitório a Ponta Delgada? Exigiria, bem entendido, uma análise mais profunda. Creio que, Ribeira Grande e Lagoa, possuem forças económicas próprias, o que lhes permitirá construir a área num modelo mais complementar.

MM: Infelizmente, a realidade da Ribeira Grande começa a apontar também para o modelo de *área metropolitana tipo Lisboa*. Não tanto como dormitório, mas por servirmos o *boom* da construção civil e das obras públicas, essencialmente em Ponta Delgada, através do fornecimento de inertes (areia, pedras, blocos, etc.), numa espécie, deixe-se passar o termo, de economia *colonial*: em função do centro, polui-se e descaracteriza-se o ambiente e destrói-se o património histórico; quer dizer, destroem-se os recursos naturais e culturais que serviriam de atracção complementar ao 'Ciclo' do turismo. *Mata-se a galinha de ovos de ouro*.

CV: Eu acho que os poderes

públicos, autárquicos inclusive, deviam tomar em consideração a realidade da *área metropolitana*, ponderar os seus aspectos positivos e negativos. As infraestruturas, repito, serão cada vez mais complementares. A forma como elas forem feitas, bem ou mal, poderão favorecer ou distorcer a desejada complementaridade dentro desta área.

MM: Sou realisticamente céptico a este respeito. Parece-me evidente que, deixe-se passar a metáfora, existirá um motor e um condutor, Ponta Delgada, que maneja o volante, depois existem dois ajudantes, Lagoa e Ribeira Grande, esta última acha que por ser cidade, por ser mais desenvolvida, etc., tem direito de estar no lugar ao lado do condutor: duvido que o condutor queira uma potencial concorrente a seu lado!

Ao invés, dever-se-ia meditar acerca do para onde nos levam, se tal nos interessa, se é o melhor negócio para todos. Só à pretensa *área metropolitana de São Miguel*, a uma parte dela, ou a toda ela, ou a toda a ilha? Tal reflexão é essencial. Aliás, foi para isso que este jornal apareceu. Está de acordo connosco de que é preciso debater tal questão?

CV: Estou 100% de acordo com esta intenção. É preciso debater, é preciso prever com alguma antecedência, embora sob pena de

se cometerem alguns erros. A grande questão é tentar prever, não o próximo ano, não os próximos dois ou três anos, mas os próximos dez, quinze anos. São nestes períodos que ocorrem as grandes mutações. Há uma certa tendência que poderíamos designar por *míope*, de só ver à distância do amanhã, ou daqui a um mês, de satisfazer muito aquilo que é a pequena reivindicação do dia-a-dia, e não pensar em termos de fixar as metas de desenvolvimento a médio e a longo prazos, entre dez, quinze anos. Estas tendências, quer queiramos ou não, fazem-se sentir. Dez anos é o período que medeia entre dois recenseamentos. Se calhar, nesta altura em que estão a ser lançados os dados do Recenseamento Geral da População, é a ocasião ideal para se pensar e perspectivar a situação.

MM: Para finalizar, em termos de preferência dos modelos, o que aconselharia?

CV: O *modelo da área metropolitana do Porto*, em primeiro lugar, o modelo das cinco cidades, em segundo, o de Angra/Praia, em terceiro, e por último, o de Lisboa.

MM: Por que razão prefere o modelo da *área metropolitana do Porto* ao das cinco cidades, cinco pólos de desenvolvimento?

CV: Por uma questão muito simples. Do ponto de vista dos benefícios sociais e do ponto de vista do desenvolvimento económico traz mais vantagens. A questão das cinco cidades, cinco pólos de desenvolvimento depende um pouco da força da cidade e, sobretudo, dos poderes públicos. É algo criado mas não através das forças locais, qualquer coisa exógena, que é despejada e que cria uma determinada dinâmica ali. O que não quer dizer que isso não possa vir a acontecer. O outro modelo, o da *área metropolitana do Porto*, por ser local, parece-me poder vir a ser mais sólido, mais sustentável, mais enraizado, mais fácil de se prolongar no tempo. Não é que o outro modelo não seja viável, mas penso que o que sugiro acaba por ser mais estável.

Recursos naturais, patrimoniais e turismo Lugar para todos

MM: A Ribeira Grande deve muito à iniciativa privada, nomeadamente à indústria. Há mesmo quem diga até, e eu subscrevê-lo-ia quase integralmente, que ela fez o que a iniciativa pública não fez, todavia, ela tem contribuído para a perda de qualidade de vida na Cidade: a poluição sonora, a circulação de trânsito pesado, a poluição das ribeiras e do mar, o esburacamento do solo e do sub-solo, a contaminação das águas potáveis, o 'stress' provocado nos edifícios patrimoniais, etc.. Como conciliar o potencial da indústria do turismo com a outra vocação industrial? Não tem havido coragem, nalguns casos falta de visão, cegueira

mesmo, para implementar sem delongas a 2.ª fase da variante e a via litoral, por outro, também tem havido falta de coragem para chegar a um acordo com os industriais de modo a se equiparem de dispositivos que tratem os seus resíduos. Estão a descaracterizar a paisagem natural e patrimonial. Da resolução desses problemas depende o futuro turístico da Ribeira Grande.

CV: Se temos aqui paisagem e alguma arquitectura, de facto, se queremos participar do fluxo do turismo, há que preservar a paisagem e a arquitectura. Há de facto um conflito entre o desenvolvimento do turismo e o

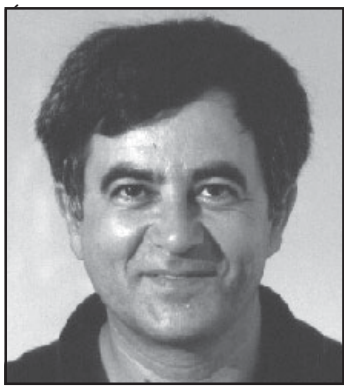
desenvolvimento de outras actividades económicas: pecuária, construção civil. É preciso ver até onde poderá ir uns e outros. Aí é uma área de intervenção directa dos poderes públicos, que nós por tradição, por um factor cultural, somos muito tolerantes em relação à agressão ao meio ambiente. Nos Açores ainda não há uma cultura ambiental, existe tão-só uma minoria que está sensibilizada para isso, mas a maioria da população está insensível. Esta situação também é devida à falta de coragem dos poderes públicos. Eles teriam que orientar os agentes privados, podendo fazê-lo de várias formas: ou delimitam determinadas áreas

onde se podem aproveitar umas coisas e não outras (passa por questões do ordenamento do território, aqui falhamos muito a esse nível), ou aumentam nas multas, tornando o seu montante muito superior aos benefícios que o prevaricador obtém após pagar as multas actuais. Ou seja, certos agentes económicos cometem um crime cuja multa compensa pagar. Daí se continuar a prevaricar. Somos tolerantes mesmo em relação ao não cumprimento da lei. É o caso da desflorestação, já que o preço do leite é superior ao da madeira. Mas haveria que cumprir o estipulado na lei. Na questão do ambiente, poderei adiantar um

'case study': fiz uma caminhada com um grupo de amigos holandeses, no regresso, deparei com um espectáculo degradante: toneladas de sacos de adubo vazios. Como resolver tal situação? Devolução do saco. Na Holanda, uma garrafa de água custa 2 florins e 25, mas a água custa só 1 florim. Isso obriga o consumidor a devolver a garrafa se quer reaver 1 florim e 25. A resolução do problema dos sacos de adubo passaria pelo mesmo: é posto um preço ao saco sendo o comprador reembolsado no acto da sua devolução.

É necessário debater para...

A Cidade e o Mar



Grande tenha o seu Plano de Urbanização e o Concelho tenha o seu Plano Director Municipal (PDM).

Quanto mais depressa forem aprovados esses documentos, menos prejuízos haverá para os cidadãos deste Concelho. Uma recomendação da Presidência do Governo a 13 dos Municípios que ainda não aprovaram o seu respectivo PDM, aponta "A impossibilidade de, em áreas não abrangidas por Plano Director Municipal, serem celebrados contratos de desenvolvimento entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Local".

No entanto, a pressa na aprovação do PDM não impede que tenha de haver um debate com a participação de todos quantos se preocupem com o modelo de desenvolvimento futuro da sua terra.

No dia 13 de Junho foi apresentada

no Centro Cultural uma proposta de Plano de Urbanização. Como então foi esclarecido, a comissão de acompanhamento pretende fazer uma audição informal para fundamentar a sua apreciação da proposta. Só depois apresentará uma versão do Plano que irá para debate público.

Neste "alerta" pretendo chamar a atenção apenas para um ponto polémico – o ordenamento do litoral.

Litoral da Ribeira Grande – um luxo desperdiçado

O Areal de Santa Bárbara, muitos me diziam há anos que era uma causa perdida, ou porque os interesses da extração da areia seriam incontornáveis, ou porque seria uma praia condenada, porque o mar é mais perigoso do que em qualquer outro lado.

Afinal, na mais segura piscina pode acontecer um caso alarmante, como relataram os diários do dia 19 de Julho, desde que não se cumpram as recomendações divulgadas.

Ora, uma praia que tem vigilância, com o sinal de bandeiras que todos conhecem, com nadadores salvadores, com mota de água dos Bombeiros, com pranchas de surf (e respectivos surfistas) e outros meios de socorro, que seja bastante frequentada, onde muitos

olhos podem detectar qualquer situação de pânico é muito mais SEGURA, do que o mesmo espaço, sem nada do que se apontou e apenas com uma indicação – praia não vigiada. Para além da segurança, tem espaços limitados para o banho, para jogos, para prática de *body board* e *surf*, de modo a ninguém se sentir incomodado. Há espaço para tudo isso, porque é uma extensão de mil metros de areia, comparados com os escassos quatrocentos da Praia das Milícias. Este Areal foi desaproveitado durante muitos anos mas ainda se vai tomar num dos motivos de atracção da Ribeira Grande.

Contrastes

A poucos metros deste Areal encontramos talvez o local de pior qualidade urbana de toda a Região. Casas que se amontoam e coexistem com buracos onde se mistura o entulho, a sucata e o lixo e com acessos próprios de um safari.

Tal espaço só poderá ter um destino – a demolição total. Todo aquele espaço deveria ser libertado de urbanizações futuras, não só porque é um local inóspito, mas também porque a erosão iria pôr em risco quaisquer construções. Não se compreende que o Plano de Urbanização classifique toda aquela zona de requalificação



urbana e indique a construção de um Hotel com oito pisos. Porque razão terá de haver um Hotel naquele local e não noutra qualquer? Porque razão terá de ter oito pisos, quando se indica a construção até dois pisos em toda a orla a Sul da Rua do Estrela? Outro Areal – o fronteiro à Cidade – foi desperdiçado, com a construção de um aterro que ligou o Monte Verde ao Bandedo. **A Praia estendia-se até ao curso da ribeira Seca**, como mostram as fotografias de há cinquenta anos. Esperamos que o espaço que ficou a montante do aterro, e que reduziu a praia a uma frente reduzida, não seja escolhido para o Parque da Cidade, porque duvidamos que algo ali pudesse medrar para além de cactos, piteiras e aloés.

Por outro lado, o aterro provoca um efeito de ressaca às vagas, afastando a areia da costa, como se verifica desde há anos.

Concordamos com a **construção de um esporão perpendicular à linha de costa**, que reduza a velocidade das correntes, que quebre a força das vagas e permita a deposição das areias. Esse é o efeito contrário à construção de muros ou paredões paralelos à linha de costa, que contribuem para o efeito de ressaca e acabam por ser destruídos.

O esporão pode ainda servir de ancoradouro e ter uma rampa de varagem para pequenas

embarcações e **a via litoral não se destina a ocupar o espaço da praia**, pelo contrário, pretende-se recuperar o areal, com duas zonas balneares e de recreio náutico complementares – no Bandedo e nas Poças. Este compromisso deve ser assumido de forma a rentabilizar uma riqueza que a Ribeira Grande tem desprezado. O traçado da via litoral tem de respeitar a distância de segurança em relação à linha de costa de forma a não ser um elemento concorrente com o mar, ligando as duas zonas de recreio náutico apontadas.

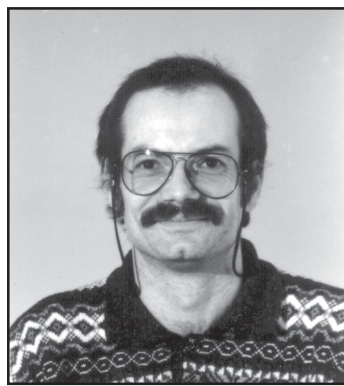
A via litoral tem de ser um elemento que aproxime a Cidade do mar e não um obstáculo ao seu acesso. O seu traçado não pode ser rectilíneo nem em planta nem em alçado, tem de acompanhar os acidentes da costa e as cotas diferentes que esta apresenta, de forma a criar zonas de diferente utilização e impedir que seja uma "via rápida", que impeça o peão de circular em segurança.

Sendo um anseio de muitos anos, é necessário que muitos pensem muito bem como querem o ordenamento do litoral da Cidade. Aproveitando ao máximo as características que a tornam diferente e atractiva.

Luís Noronha

PLANTAS USADAS NA MEDICINA POPULAR (3)

Funcho

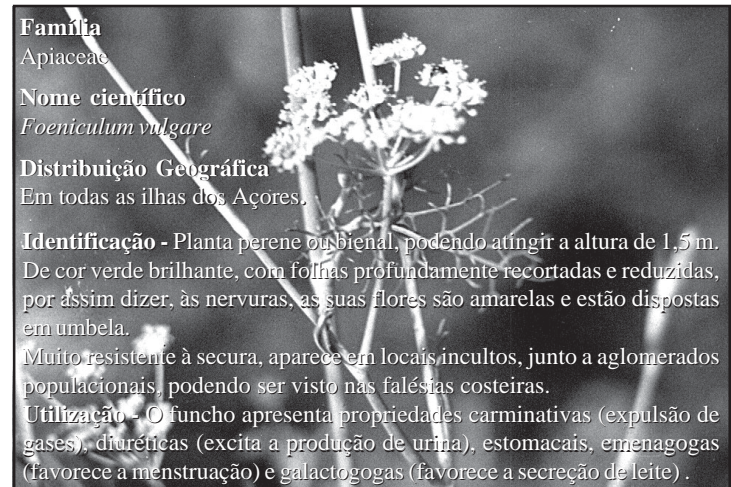


O funcho é uma das plantas mais utilizadas, nos Açores,

na medicina popular e das mais citadas em toda a bibliografia relacionada com plantas medicinais e aromáticas.

No concelho da Ribeira Grande, encontramos a utilização do funcho com fins bastante diversos. Assim, num inquérito que efectuámos, em 1992, em Santa Bárbara, era utilizado para a confecção de sopa e também para alimento de

coelhos. Por seu turno, na Ribeirinha, a planta era usada para combater "a prisão de ventre e as dores de barriga". De acordo com a pessoa inquirida "ferve-se uma ou duas colheres de sementes de funcho num litro de água, durante 5 minutos" e "deve-se usar duas ou três vezes ao dia".



Família
Apiaceae

Nome científico
Foeniculum vulgare

Distribuição Geográfica
Em todas as ilhas dos Açores.

Identificação - Planta perene ou biennial, podendo atingir a altura de 1,5 m. De cor verde brilhante, com folhas profundamente recortadas e reduzidas, por assim dizer, às nervuras, as suas flores são amarelas e estão dispostas em umbela.

Muito resistente à secura, aparece em locais incultos, junto a aglomerados populacionais, podendo ser visto nas falésias costeiras.

Utilização - O funcho apresenta propriedades carminativas (expulsão de gases), diuréticas (excita a produção de urina), estomacais, emenagogas (favorece a menstruação) e galactogogas (favorece a secreção de leite).

Teófilo Braga

JOÃO GOUVEIA MONIZ & FILHOS, LDA.



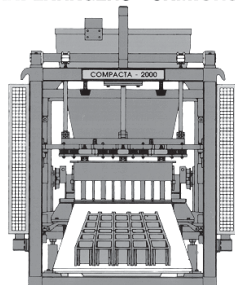
CONSTRUÇÃO CIVIL
MADEIRAS * BLOCOS DE CIMENTO
VIGAS E ABOBADILHAS
CARPINTARIA MECÂNICA
MÁQUINAS DE TERRAPLANAGENS * CAMIONS

SEDE: RUA DO MOURATO, Nº 70

Telfs. 296 472 377 - 296 472 468 - Fax 296 473 022

RIBEIRA SECA - 9600 RIBEIRA GRANDE

SÃO MIGUEL - AÇORES

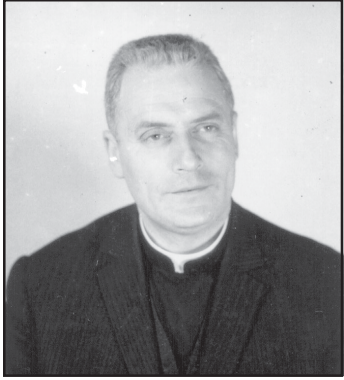


Esperamos por si...

CENTRO COMERCIAL RIBEIRA GRANDE

TELEFONE 296472402

Uma Festa de Caridade na Ribeira Grande



Não seria tarefa fácil, para quem se propusesse transmitir aos vindouros, a assistência prestada nestas nossas ilhas, após a sua descoberta e que apenas se baseou no espírito de solidariedade e fraternidade de inspiração cristã, muito antes de surgir a assistência pública que, nos nossos dias com os dinheiros do Estado, se encarrega dos carenciados de todas as faixas etárias da sociedade contemporânea. A antiga Vila da Ribeira Grande deu magnífico exemplo, abrindo os seus lares, asilos como inicialmente se chamavam, para todas as faixas da sua população, infância desvalida e velhos, mais tarde surgindo a dos rapazes. Os irmãos Cabido e Bernardo Manuel da Silveira Estrela, foram os anfitriões. No começo do século passado, uma cheia de grande dimensão arrasou as casas da cova de milho e, o Sr. Cónego Cristiano de Jesus Borges, na altura paroquiano na América, recolheu fundos para a sua reedificação. Regressando pouco depois à nossa antiga Vila, vendo as casas reedificadas, concebeu o projecto da transferência do asilo dos rapazes, sediado na casa do doador, Bernardo Manuel da Silveira Estrela, na freguesia da Ribeira Seca, para um prédio que adquiriu e beneficiou e onde hoje se mantém a instituição, após obras de vulto realizadas. Ainda me lembro pelos anos 33, como menino de coro, acompanhar o meu padrinho Pe. José de Medeiros Quental, ouvidor da Ribeira Grande, na benção da Ermida de Nossa Senhora Auxiliadora, contígua ao Asilo e destinada à assistência religiosa dos rapazes. Era presidente da câmara, o Sr. Dr. Artur Soares Arruda e o primeiro director do Asilo, Pe. Manuel Gonçalves Rei, natural da freguesia da Maia. Lembro-me, quando tudo acabou, de meu padrinho dizer-nos: vamos todos para as nossas casas, porque esta é de caridade, recebe e não

pode dar nada a ninguém. De todas as instituições de beneficência, avulta a Misericórdia da Ribeira Grande. As Misericórdias, foram obra da Rainha D. Leonor, viúva de João II e que perdera o filho único, o Infante D. Afonso, tragicamente arremessado na ribeira de Santarém. O seu coração dilacerado e vazio, encheu-se de compaixão pelos pobres. Foi nesta eminente obra social, coadjuvada por Frei Miguel de Contreiras. Estas instituições ramificaram-se por toda a parte e passaram além fronteiras, para a vizinha Espanha, por intermédio de D. Joana de Áustria, mãe de D. Sebastião. Deixara em Lisboa o filho, e, para o seu coração igualmente vazio, funda em Madrid a primeira misericórdia, à semelhança do que vira e deixara em Portugal.

Na antiga Vila da Ribeira Grande, a Misericórdia obtém o seu alvará de Filipe I de Portugal, precedido da autorização do bispo de Angra, D. Manuel de Gouveia em 14-2-1593, funcionando no edifício junto à Igreja do Espírito Santo, Senhor dos Passos, onde por anos funcionou a Repartição de Finanças do Concelho. É curioso notar que algumas das nossas misericórdias são dedicadas, com seus hospitais, ao Divino Espírito Santo, sendo igualmente o caso da cidade de Angra, encontrando-se a sua misericórdia junto à Igreja monumental do mesmo nome e que até se destaca do mar, ao entrar na baía e que pode considerar-se um ex libris da cidade e a rua que serpenteia o antigo hospital, tem ainda hoje, o nome de Santo Espírito. Quis igualmente o nosso Governo Regional que o magnífico hospital de Ponta Delgada, fosse consagrado ao Divino Espírito Santo.

Como veio a Misericórdia para o convento de São Francisco, dos Frades, como é conhecido? O decreto de 1834 do ministro, Joaquim António de Aguiar, por alcunha o mata-frades, extinguiu em Portugal e no resto do Império, todos os conventos, mosteiros, colégios, casas de religiosos.

Nunca se chocaram tão intensamente, os conceitos de liberdade e liberalismo. Todos estes bens, seriam de início, incorporados na Fazenda Nacional.

No pensamento de Mouzinho da Silveira, o produto destes bens seria canalizado para pagar a



Arquivo Hospital da Ribeira Grande

dívida pública, agravada com a guerra civil, mas prevaleceu a opinião de ser o seu valor distribuído pelos heróis da causa liberal, a título de indemnização. Os restantes bens, vendidos ao desbarato, em nada beneficiaram o Estado que se viu a braços com uma grave crise financeira. Esta reflexão é o veredictum da História.

No entanto, ainda se conseguiu ressalvar alguns grandes conventos e destiná-los a obras de instrução, assistência e hospitais. Assim, por volta de 1834, a Misericórdia transferiu-se da sua primeira sede junto à Igreja do Espírito Santo para o convento de São Francisco, convento dos Frades, onde se mantém o Hospital. Não foi fácil manter, sem a intervenção do Estado, estas casas de caridade que lutavam com grandes privações. Pedia-se esmola!

Não era fácil, proceder a uma lista de irmãos para uma nova mesa administrativa, ao contrário do que hoje sucede em muitas das nossas instituições de caridade, chegando a dificultar-se a inscrição de novos irmãos. Não há como uma cooperação sincera entre os irmãos, sucedendo-se uns aos outros, na administração destas casas que são afinal de todos.

Pelos anos 50, era crítica a situação económica da nossa Misericórdia e então, se resolve realizar, em 21 de Abril de 1951, na Ribeira Grande, um Cortejo de Oferendas!

Foi o primeiro que a Ribeira Grande presenciou, mobilizando toda a gente. Claro que houve um ribeiragrandense, o grande anfitrião desta parada de beneficência saudosos



enfermeiro, José Pereira da Silva! Todas as freguesias se mobilizaram, procederam à recolha de géneros, artefactos e tudo quanto se pudesse converter em dinheiro, pois as ofertas eram todas arrematadas. Cada freguesia preparou o seu carro alegórico, à frente do qual se destacaram os autarcas e o respectivo pároco. Ideia fulgurante, foi a apresentação do carro da Câmara Municipal! Ostentava um velho com um livro aberto, onde se podia ler: foi aqui que Gaspar Frutuoso escreveu as Saudades da Terra! Não se podia dizer mais, tudo estava dito, é o verdadeiro ex libris da cidade nortenha. Pelo meu Ex.º amigo, Sr. João Tavares, dedicado Administrador do centro de saúde desta cidade, foram-me oferecidas fotocópias de um album, recheado de fotos e recolhidas por ocasião do aludido cortejo. Duas ilustram este trabalho: a mesa da presidência montada no adro da Igreja dos Frades e a que presidiu o governador do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, Capitão Aniceto dos Santos, com o anfitrião do cortejo, enfermeiro José Pereira da Silva, vendo-se

atrás sentado na mesa de presidência, o Sr. Dr. João Anglin, reitor do Liceu de Ponta Delgada e chamado a ocupar, muitas vezes, a presidência da Junta Geral do Distrito.

A outra foto, marca a presença da freguesia de Nossa Senhora da Estrela, vendo-se a cumprimentar o Sr. Governador, o sempre lembrado Prior da Matriz, Pe. Evaristo Carreiro Gouveia. No próximo número, endereçarei algumas notas sobre o Vigário da Matriz, Dr. Gaspar Frutuoso, para que os novos saibam conhecer e admirar o grande vulto de padre e historiador que viveu e morreu entre nós e que depois de velhos, como o velho da Câmara Municipal, no seu carro alegórico, saibam transmitir aos seus descendentes, a lição que tanto honra a Ribeira Grande. Outrossim, deixarei algumas notas do meu conhecimento pessoal sobre o governador capitão Aniceto dos Santos cuja acção da mais absoluta independência à frente do nosso Distrito, muitos ainda vivos, não conseguiram esquecer.

Pe. António Rocha

Boa Gastronomia
com o Mar
Como Horizonte

Largo East Providence, 68 - Ribeira Grande - Telef. 296 473 516 - Fax 296 473 023

Assine, divulgue e comente

A Estrela Oriental

A Ribeira Grande em Jornal

ATS **Alvaro Tavares Silva**

25 ANOS

Chaparia * Pintura * Revendedor CIN * Pronto Socorro

Contribuinte n.º 812 052 153

OFICINA: Estrada Regional, Ribeirinha - Tel: 296 479 626
LOJA: Rua da Praça, 24 - Matriz - Tel/Fax: 296 472 595
9600 Ribeira Grande - Telem: 96 2561 400

SAPATARIA LIMA

R. Gonçalo Bezerra, 37 9600 - RIBEIRA GRANDE Tel: 296 472 732

Estamos em frente ao Teatro Ribeiragrandense Abertos ao sábado

casa & objectos

AÇORES

Precisa Saber Que...

Museus

Cidade
Museu da Ribeira Grande
Sede: Coleções etnológicas, arqueologia, cerâmica, Presépio Movimentado, Laboratório arqueológico
Rua S. Vicente Ferreira, 10
2.ª a 6.ª feira - 8:30 - 12:30
13:30 - 16:30
296 472 118, ext. 33,37, 39
Arquivo arqueológico/ Largo das Freiras Reservas visitáveis (a abrir brevemente), Rua do Estrela

Museu de Arte Sacra
Sacristia e Arca Mística
Igreja Matriz
296 473 660

Concelho
Museu do Pico da Pedra
Rua da Paz
2.ª a 6.ª: 9 às 12 - 14 às 18
Etnografia local e exposições temporária
296 498 770

Bibliotecas

Cidade
Serviços de Documentação/Museu da Ribeira Grande:
Biblioteca: Arqueologia, história geral, nacional, açoreana e local, museologia, etnologia, literatura açoreana
Hemeroteca: Jornais locais e boletins
Iconoteca: arquivo fotográfico
Arquivo: histórico
Todos os dias úteis das 8:30 às 12:30 e das 13:30 às 16:30
Rua S. Vicente Ferreira, 10
296 472 118, ext. 33
e-mail: info@bib-pub-ribeira-grande.rcts.pt

Calouste Gulbenkian
Especializada em literatura geral, obras de referência e internet
e-mail: info@bib-fixa-ribeira-grande.rcts.pt

Juvenil
Literatura infantil e para adolescentes. Jogos, trabalhos manuais, contos e vídeos.
Todos os dias úteis das 9-12:30 e das 13:30 às 17
Rua da Praça, n.º 5
296 472 118, ext. 27

Livraria

Terceiras Tabacaria e Livraria
Rua Gonçalo Bezerra, 6-8
296 472 804

Alojamento

Cidade
Residencial da Ribeira Grande
Rua dos Condes
296 473 488

Casa S. Rita
Rua Gaspar Frutuoso, 21
296 474 074

Concelho
Quinta de Santana
Canada da Meca
296 491 241

Quinta das Areias
Canada dos Mingachos
Rabo de Peixe
296 491 066

Casa das Calhetas
Rua da Boa Viagem
Calhetas
296 498 120

Solar de Lalém
Estrada S. Pedro - Maia
296 442 004

Herdade de Nossa Senhora das Graças
Lomba da Maia
296 446 369

Casa da Ribeira
Quinta da Ladeira
Lomba de S. Pedro

Teatro Centro Cultural

Cinema: Todos os dias a partir das 21:45
4.ª Feira: Matiné às 14:30 e Soirée às 21:45
Domingo: Matiné às 15:30 e Soirée às 21:45
Bilheteira: 296 474 100

Centro Cultural:
Academia de Música / Pontilha
Área escolar da Ribeira Grande:
Expressões musical e dramática /
Clube de informática / Associação de Jovens Jornalistas
Rua El-Rei D. Carlos I
Geral: 296470340
Administração: 296470 345

Comunicação Social

Rádio Nova Cidade
Rua Adolfo Medeiros
296 472 738

Jornal A Estrela Oriental
Centro Cultural
Apartado 6, 9600 - Ribeira Grande

Hospital

Cidade
Hospital da Ribeira Grande
Rua de S. Francisco
296 472 128

Concelho
Posto de Saúde da Maia
Boavista
296 442 600

Posto de Saúde de Rabo de Peixe
Escolas Novas
296 491 783

Posto de Saúde de Fenais da Ajuda
Avenida do Pensamento
296 462 555

Farmácias

Cidade
Misericórdia
Rua de S. Francisco, 19-23
296 472 359

Central
Rua de S. Francisco, 20-22
296 472 426

Ribeirinha
Rua do Jogo 1-A
296 479 202

Concelho
Borges da Ponte - Rabo de Peixe
Rua Padre João J. Sousa, 30
296 491 312

Posto Farmacêutico - Pico da Pedra
Rua Dr. Moniz M. Mota, 9
296 498 600

Santa Casa da Misericórdia - Maia
Rua da Boavista
296 442 244

PSP

Cidade
Rua do Ouvidor, 25
296 472 120, 296 473 410

Concelho
Maia
Rua Santa Catarina, 9
296 442 444

Rabo de Peixe
Av. D. Paulo J. Tavares
296 491 163, 296 492 033

Bombeiros Protecção Civil

Cidade
Serviço
Rua da Praça, 47
296 472 899

Concelho
Maia (Urgência)
296 446 017

Lomba da Maia - Outeiro
296 446 175

Correios

Cidade
Rua N. Sra. da Conceição
296 470 140

Concelho
Maia
Estrada S. Sebastião
296 440 000

Rabo de Peixe
Rua N. Sra. de Fátima
296 490 140

Pico da Pedra
296 498 770

Serviços do Estado e Outros

Centro de Prestações Pecuniárias
296 472 030

Conservatória de Registo Civil
Rua Conde Jácome Correia
296 472 555

Conservatória do Registo Predial
Rua Sousa e Silva
296 472 133

Cartório Notarial
Rua Conde Jácome Correia
296 472 115

Delegação da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada
296 472 375

Repartição de Finanças
Rua do Espírito Santo, 2-4
296 472 211

Tribunal Judicial
1.º Juízo / 2.º Juízo
Rua Sousa e Silva, 7
296 470 300

Turismo

Posto Municipal de Turismo
Jardim do Paraíso
296 474 332

Autarquias

Cidade
Câmara Mun. de Ribeira Grande
Largo Artur Hintze Ribeiro
296 472 118

Junta de Freguesia de Ribeirinha
Rua Aristides Soares Gamboa, 26
296 479 431

Junta de Freguesia de Matriz
Rua Prior Evaristo C. Gouveia
296 473 512

Junta de Freguesia de Conceição
(Prov.) Rua de N. Sr.ª Conceição, 114
296 472 270

Junta de Freguesia de Ribeira Seca
Rua do Mourato, 1
296 472 845

Junta de Freguesia de S. Bárbara
Rua N.ª Sra. das Vitórias, 49
296 477 166

Concelho

Junta de Freguesia de Lomba de S. Pedro - Covão
296 462 550

Junta de Freguesia de Fenais da Ajuda
Rua da Canada
296 462 402

Junta de Freguesia de Lomba da Maia
Largo da Igreja
296 446 041

Junta de Freguesia de Maia
Rua Santa Catarina
296 442 246

Junta de Freguesia de S. Brás
Rua Nova, 13
296 442 850

Junta de Freguesia de Porto Formoso
Rua Pe. João B. Couto, 19
296 442 474

Junta de Freguesia de Rabo de Peixe
Rua do Rosário, 29
296 491 266

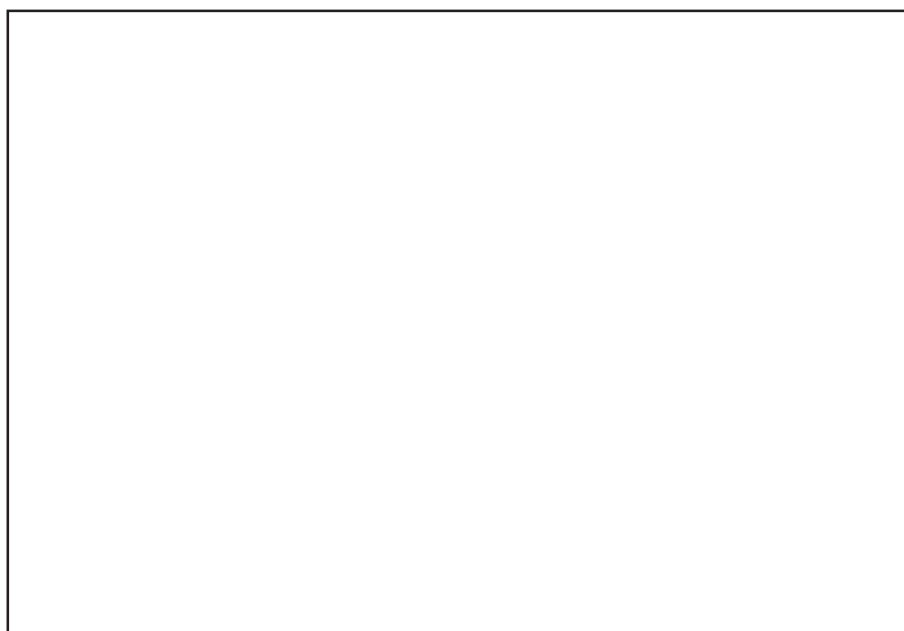
Junta de Freguesia de Calhetas
Largo da Igreja
296 498 270

Junta de Freguesia de Pico da Pedra
Avenida da Paz, 14
296 498 770

Sabor a

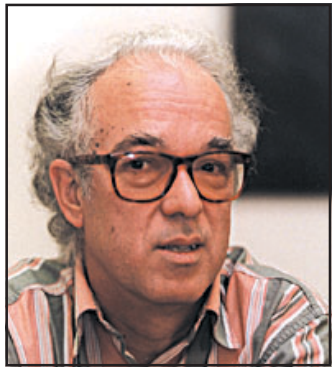
café Central RIBEIRA GRANDE

TRADIÇÃO



Crónica Mal-Humorada

Pastel, pastéis, cabeças e cabaças



Se há quem chame cidade-vila à antiga vila-cidade, há quem a despromeva ainda mais. Talvez por razões históricas que desconheço, sem dúvida com boa intenção, mas o certo é que no seu papel timbrado e no brasão de pedra da sua sede, a Junta da principal freguesia do concelho exhibe os dizeres: "Freguesia da Ribeira Grande-Matriz". Tal e qual: "freguesia".

Mas nisto de títulos, é mais fácil obtê-los do que merecê-los, o que não quer dizer que nunca os mereça quem os tenha ou que quem os queira sempre os alcance. Há anos, foi prometida para a Ribeira Grande a classificação de cidade património mundial, o que ninguém, no entanto, levou a sério. Faltam-lhe uma dezenas de monumentos e, sobretudo, umas páginas de História que o justifiquem, como aconteceu com Angra por causa do seu porto, tão mudado agora que nem os olhos experientes de Francis Drake o reconheceriam, a não ser talvez pela presença próxima do monte Brasil e dos ilhéus das Cabras.

A Ribeira Grande nem sequer teve nunca um porto, e era pelo da Lagoa que fazia as suas exportações, desde o trigo para as guarnições militares do Norte de África até ao pastel para os tintureiros da Flandres ou de Inglaterra. O pastel foi tão importante que se tornou mesmo na primeira desgraça agrícola dos Açores, porque, por causa dele, se destruiu mato virgem e desapareceram muitas searas. Para garantir a beleza do azul que os burgueses desse tempo vestiam, ou o brilho do preto que ajudava a fixar servindo-lhe de base, a qualidade do pastel era vigiada por uns fiscais, de nomeação régia, a que se chamava lealdadores, e que nem sempre terão sido tão leais como se impunha. Capazes de comprar o cargo por uns bons milhares de reais, chegou algum a vender os seus favores de fechar os olhos quando não devia. Competia-lhes evitar que o pastel fosse colhido com chuva, que as folhas fossem moídas de um dia para o outro, que a massa estivesse mais de três dias nos tabuleiros ou que os engenhos não tivessem cobertura. Cresceu a fome entre os pobres e o dinheiro entre os ricos, porque uma terra de pastel rendia

oito vezes mais do que uma de trigo. Desaparecido praticamente dos Açores (o incansável e saudoso padre João Flores criou um museu agrícola na Ribeira Chã onde o pastel é figura de relevo), não se pode esquecer, no entanto, a importância que teve para estas ilhas. Isso mesmo quis dizer a Professora Dr.ª Fátima Sequeira Dias numa conferência feita na Bélgica. O texto foi transcrito para francês por um tradutor oficial que, mal se deparou com a referência ao pastel, disse que, nesse tempo, os Açores exportavam "pâtisserie" (pastelaria) para a Flandres. Havia de ser bonito ver chegar uma nau a Antuérpia, carregada de pastéis de nata, depois de vinte ou trinta dias de viagem, sujeitos aos estragos do calor do sol, da humidade do mar e do apetite dos ratos, que sempre foram bons marinheiros e nunca sofreram de escorbuto.

Na lista de desacertos sobre os Açores, o descuidado tradutor tem, no entanto, boa companhia.

Eis alguns exemplos.

Há pouco mais de trinta anos, o genérico de um documentário da responsabilidade do Ministério da Educação apresentava a montanha do Pico à luz característica dos poentes africanos, com um coqueiro e uma negra esguia de cabaça na cabeça. Em outro documentário – estrangeiro – dizia-se que essa mesma montanha tem mais de quinhentos metros de altitude (verdade mais que óbvia, aliás...). Na antiga Emissora Nacional, foi noticiado que uma sua equipa de reportagem estava de visita às ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico, Faial e Horta. A revista "Portugal-Infomação" afirmou, vai para um quarto de século, sob a responsabilidade do seu director, que abundavam na Terceira campos de milho, tabaco e chá, e que as Formigas eram uma reserva de vegetação, caça e pesca. No antigo S.N.I. havia uma fotografia da igreja matriz de Vila Franca do Campo com a legenda: "S. Miguel, a Sé". Um ex-colono de Angola tentou convencer o meu amigo padre Francisco Medeiros a ir de S. Miguel ao Pico comprar-lhe dois pés de café, garantindo o pagamento do táxi. Mas cá também se as dizem e fazem. Um livro de autor micalense afirma que já havia incensose conteiras no tempo da descoberta além de que a rocha vulcânica destas ilhas foi revestida por terra que veio trazida pelo ar e pelo mar. Há poucos dias, um jornal de Ponta Delgada em vez de Macaronésia escrevia que fazemos parte da "Macarronésia" (ilhas do macarrão ou do falar macarrónico?). E há o monumento à Autonomia, com nove palmeiras a representar os Açores, como que dando alguma razão ao tal documentário do Ministério da Educação.

Daniel de Sá

Num só espaço
Tudo para a sua casa

Mobiliário - electrodomésticos - mercearia
mosaicos - materiais de construção



Stand Correia
Rua Direita de Cima, 45
Ribeira Seca
Telef.: 296 470004

Um Craque Ribeira-grandense no Glorioso

Artur Jorge Ferreira Santos é um jovem, de 18 anos, que foi contratado, por três anos, pelo Benfica. Natural da Ribeira Grande, o jovem talento está a viver o seu grande sonho: o de jogar numa grande equipa. A subida de Artur não o fez esquecer a sua infância, ligada, permanentemente, ao futebol, tanto na equipa do Sporting Clube Ideal como no Santa Clara. O jovem ribeira-grandense salienta que muitos dos seus colegas têm o talento suficiente para alcançar patamares superiores do futebol.

Tudo começou com a iniciativa de Ricardo Rodrigues, o treinador dos Juvenis do Sporting Clube Ideal, em 1998. No mês de Setembro de 1998, Artur conseguiu demonstrar, nas instalações do clube da Luz, a sua "Garra" e talento. Foram 15 dias que permitiram chamar a atenção dos dirigentes "encarnados". O corte no orçamento destinado às camadas juvenis, principalmente às equipas secundárias (B), parecia que acabaria com o sonho de Artur, mas o talento do jovem foi superior, de tal forma que o atleta, mesmo com a desistência da equipa B de juvenis, conseguiu regressar, no ano seguinte, ao Benfica, desta vez para ingressar na equipa A de Juvenis.

Segundo Artur Santos, em entrevista ao nosso jornal, a integração inicial foi, obviamente, um pouco difícil, pelo facto de se ver longe dos pais e de todos os que faziam parte do que sempre foi a sua vivência infantil e

juvenil, na sua terra natal. Contudo, foi uma aventura aliciante e prometedora. A adaptação do jogador foi facilitada, e ainda o é, pela sua inserção num Centro de Estágio. No seu primeiro ano, Artur teve de estudar de dia e treinar a partir das 19:30. Actualmente, e por já ter 18 anos, o jogador pode optar por estudar. Para facilitar as opções dos jogadores, está em fase de formação um curso para jogadores, com equivalência ao 12.º ano, de modo a que os jovens possam interligar as suas capacidades intelectuais com uma aprendizagem da prática desportiva.

Relativamente ao Centro de Estágio, é constituído por 23 jovens, de vários países, e conta com uma psicóloga ao dispor dos jovens atletas. Para Artur Santos os companheiros e amigos, que moram neste mesmo Centro, têm facilitado o progressivo aperfeiçoamento do jogador ribeira-grandense. É este espírito de grupo e de camaradagem que Artur tem assimilado e aprendido, muito pelo facto, segundo o jogador, de o treinador Chalana, o adjunto Luís Roquette e o treinador dos Guardarredes José Henrique conseguirem transmitir aos jogadores uma filosofia de jogo baseada na união de grupo.

O jovem jogador fez questão de salientar que "é muito difícil subir na carreira de jogador, e, por causa disto, é muito fácil descer". Por isso, a união dentro do grupo é um aspecto muito importante, de forma a que o jogador

seja capaz de manter estabilidade suficiente para triunfar colectiva e individualmente. Assim, a amizade que Artur tem sabido cultivar, junto dos companheiros de equipa, explica a conquista do vice-campeonato português de juniores.

O vice-campeão fez questão de transmitir, na sua entrevista, que, na Ribeira Grande, existem muitos bons jogadores, mas, que devia existir "uma maior aposta nas camadas jovens" e que "muitos jogadores deviam ser devidamente aproveitados". Segundo Artur Jorge, "um jogador deve ter confiança em si mesmo e acreditar no seu talento. As condições que actualmente a sua antiga equipa, o Sporting Clube Ideal, oferece são muito boas, passando pelas instalações até aos equipamentos, coisas que não existiam no meu tempo".

Desde modo, o jornal "A Estrela Oriental" faz questão de destacar este grande talento. As pessoas envolvidas neste novo projecto informativo esperem que o jovem atleta Artur Santos consiga alcançar os seus objectivos, tanto na escola como nos relvados. Que a sua promissora carreira futebolística seja rodeada de grandes vitórias, levando a Ribeira Grande e os Açores ao mais alto nível. Força rapaz!

Nelson Tavares

Contrastes

fotógrafo



+ Com pouco se fez muito



- Com pouco se faria muito mais

A Cidade e o Mar

É desejável que a Cidade da Ribeira Grande tenha o seu Plano de Urbanização e o Concelho tenha o seu Plano Director Municipal (PDM).

Quanto mais depressa forem aprovados esses documentos, menos prejuízos haverá para os cidadãos deste Concelho. Uma recomendação da Presidência do Governo a 13 dos Municípios que ainda não aprovaram o seu respectivo PDM, aponta "A impossibilidade de, em áreas não abrangidas por Plano Director Municipal, serem celebrados contratos de desenvolvimento entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Local".

PÁG. 8



Modelo

Ponta Delgada - Horta - Angra do Heroísmo - Praia da Vitória

Custa Pouco Viver Melhor

Nortadas

nortadas@mail.pt

Hiper a Vapor, Obras Públicas a Passo de Caracol

As terraplanagens do nosso Hiper Modelo começaram no primeiro dia útil a seguir ao feriado do 1.º de Maio, dia Mundial do Trabalhador, as obras, abertura de alicerces, etc., em meados do seguinte. Em Agosto, por seu turno, o edifício, com reconhecida qualidade arquitectónica, exibia já cara de Hiper.

Que sirva de exemplo às rançosas e morosas Obras Públicas, tais como a Variante e a estrada da Ribeira Grande, para não falar nos Mercados desta Cidade.



Tony, N.º 1

O Tony, de seu nome completo António Crispim Borges da Ponte, médico de profissão, cidadão ribeirão-grandense de raça e coração, homem de sete ofícios, findo o interminável Calvário costumeiro de burocracias e outros empecilhos do mesmo quilate, deu finalmente início às ansiadas obras da Urbanização do Cabo da Vila. É com iniciativas destas, com esta qualidade, visão e envergadura, enquadradas numa rede inteligente de infra-estruturação pública, que se constrói a Cidade, o Concelho e os Açores. Parabéns Tony, parabéns Ribeira Grande.



Obra de Caridade

São mais que muitos os que reclamam um acesso mais fácil aos sanitários públicos existentes no Parque Infantil da Cidade da Ribeira Grande. Queixam-se os turistas, os idosos e todos os que têm dificuldades motoras ou cardiovasculares, pois, têm que percorrer, na ida e na volta, um penoso calvário de 106 degraus.

Seria oportuno e uma obra de caridade, a autarquia implementar o seu projecto de construção de um elevador, ou outra solução tida como capaz, não esquecendo a facilitação do acesso àquele local a cadeiras de rodas.



O Porto de Santa Iria, as Prainhas e a Praia da Viola

O Porto de Santa Iria e as Prainhas, na Ribeirinha, mais a Viola, situada entre a Maia e a Lomba da Maia, não fora a falta de sinalização desta última, o que o nosso amigo Luís Serpa por certo remediará em dois tempos, tal a qualidade, constituíram o mais agradável achado deste Verão.

O Porto de Santa Iria, outrora o Porto da Ribeira Grande, é o complemento perfeito das Poças da Matriz. Enquanto nestas últimas, o Rei Sol bate forte e feio de manhã à noite, mas na maré baixa tem pedregulhos e água de má qualidade, em Santa Iria, o Monarca Onnipotente despede-se às cinco da tarde, mas, em contrapartida, mesmo na maré baixa tem água pura e de qualidade.



Destaque

Sporting Clube Ideal: O Verde que Vive

No dia 13 de Julho, pelas 20:30, realizou-se a Assembleia Geral de Sócios do Sporting Clube Ideal. Nesta Assembleia, os membros da Direcção Idealista apresentaram o Relatório e Contas da época 2000-2001. Segundo a Direcção, foram definidos, no início do seu mandato, cinco objectivos principais: saneamento financeiro do clube, participação digna da equipa de futebol sénior nas provas promovidas pela Associação de Futebol de Ponta Delgada, sem prejuízo do referido em primeiro; reforço das verbas e dos meios destinados aos escalões de formação do futebol; reorganização do Clube na sua vertente administrativa, funcional e de recursos humanos; e a reabilitação, valorização e renovação do seu património imobiliário e móvel.

Quanto ao futuro, e após todos os sócios presentes na Assembleia Geral terem eleito a próxima equipa directiva, liderada de novo por Fernando Cordeiro, foram delineados alguns objectivos para a próxima época. Uma das grandes apostas é a subida de divisão da equipa sénior à III Divisão Nacional, Série Açores. Outra aposta é o investimento prioritário na formação de todos os escalões jovens. O Sporting Clube Ideal, tal como sucedeu no passado, pretende apostar na criação de uma Secção de Atletismo.

Clube Desportivo de Rabo de Peixe: regresso às origens

No mundo futebolístico associativo se uma qualquer equipa aparece toda ela devotada ao desporto pelo desporto, com toda a certeza estamos na presença de uma raridade. O Clube Desportivo de Rabo de Peixe, renascido, pela mão do jovem Jaime, para a prática desportiva, é uma dessas raridades. É o regresso às origens, ao desporto salutar a todos os níveis. O dinheiro ali não conta. Ele, para já, só é bem vindo para a recuperação da sua sede social e para fazer a máquina mexer. Que o sintético para o seu campo de jogos, tal como para os do Pico da Pedra, Ribeirinha e Maia (outro renascido para o futebol) se proceda para breve. Força Jaime. A tua freguesia precisa.

Filarmonia N. S. das Victórias: toca a viajar



A fazer fé na sua capacidade de ser uma das porta-bandeiras da Cidade de Ribeira Grande, a Filarmonia de N. S. das Victórias, fundada em 1986, em tempo de festa da sua Padroeira, uma vez mais, deslocou-se para fora da Ilha de São Miguel. A felizarda, por intermédio do Inatel, fez um intercâmbio com a Sociedade Artística Musical 20 de Julho de Santa Margarida do Arrabal, Concelho de Leiria, tendo esta a visitado durante a Páscoa última, cabendo a sua vez de felicitar a dita com a sua presença entre 19 e 24 de Julho. Mostrando uma tenaz resistência nas suas escolas de formação, a Filarmonia de Nossa Senhora das Victórias está sempre, qual borboleta multicolor, em estado larvar. Que os voos para fora da Ilha continuem.

Orféon Académico de Coimbra

No dia 2 de Agosto, pelas 21:30, o Orféon Académico de Coimbra, em digressão pelos Açores, realizou um concerto na Santa Casa da Misericórdia, Conceição, da Ribeira Grande.

Foi fundado, em 1880, por um estudante de Direito, João Arroyo, sendo o coro mais antigo de Portugal. O ribeirão-grandense Dr. Raposo Marques foi seu Regente durante mais de 30 anos.

Actualmente, é um coro misto, estando representadas todas as faculdades da Universidade de Coimbra.

Benfica Águia Sport procura apoios

O clube enfrenta um momento de crise. A causa principal reside no facto de não ter sede. Para tal, uma comissão instaladora foi criada para estruturar novas ideias, de modo a projectar uma nova estrutura. Mário Miguel Rodrigues Furtado, em entrevista ao nosso jornal, afirma que "a falta de apoios é uma realidade e o Benfica Águia não pode avançar para um patamar importante (a Sede) sem a ajuda dos poderes municipais e governamentais." A Câmara Municipal da Ribeira Grande prometeu avançar com o financiamento para o projecto. Contudo, o tempo está a passar e continuamos com a mesma situação lamentável.

Os apoios só poderão surgir quando um projecto for delineado. Sem a existência deste primeiro passo importante nada poderá avançar. Mário Miguel espera e desespera para que o projecto esteja pronto, de modo a fazer renascer um clube de muitas glórias.

A Junta de Freguesia de Matriz, Ribeira Grande, patrocinou este Suplemento

Caldeiras da Ribeira Grande

Esboço para um estudo da paisagem

Hermano Teodoro - Museu da Ribeira Grande

Colectão particular M. das Mercês B. Viveiros



Arquivo Museu R. Grande

Cronistas: vulcanismo e banhos

O Doutor Gaspar Frutuoso, no livro quarto das *Saudades da Terra* escreve sobre o aparecimento de algumas furnas no lugar ainda, hoje, designado por Caldeiras da Ribeira Grande. Em outra parte do mesmo livro descreve, com mais detalhe, o ambiente de vulcanismo activo (caldeiras, olheiros, resfolgadoiros) lá existente, este, ao que se pode perceber, espacialmente, mais alargado do que aquele que nos dias que correm lá se encontra; em simultâneo, relata pormenores da sua fauna, mormente pássaros e coelhos, e da sua flora, serra, junqueiras, silvas, “feitos”. Ainda no livro quatro, o cronista fala sobre a instalação de uma fábrica naquele local, de duração efémera, sensivelmente, entre os anos de 1564 e 1578, cujo objectivo visou a exploração de pedra hume. *Além do lugar onde disse que estivera a fábrica de pedra hume, perto de meia légua da vila da Ribeira Grande, antre ela e a serra, está uma concavidade que terá cinco ou seis alqueires de terra, cercada de umas quebradas, onde*

já se tirou muita pedra hume, de pedreiras que ali há dela; e no tempo antigo, antes de tirar dali a pedra, estavam umas caldeiras ou furnas, como covas pequenas na mesma terra, que ferviam com olhos de água e polme; mas depois que se deixou de tirar a pedra hume, se abriram estas covas doutra maneira, mais em número e mais bravas e espantosas que dantes, de tal maneira que, tirando serem mais pequenas, quase são tão furiosas como as Furnas que estão à parte do oriente [...]. (*Saudades da Terra*, Livro IV, 1998).

A primeira referência escrita que encontrámos sobre a utilização das águas medicinais das Caldeiras pertence ao cronista Frei Diogo das Chagas (n. 1584?, ilha das Flores). Na sua descrição da ex-Vila da Ribeira Grande discorre ele que existem “fogos [...] acima dela [ha] semelhantes aos das furnas, em cujas agoas, se uão também tomar banhos e alguas pessoas se achão muito bem com ellas // como eu esperimentei [sic] o Setembro do

anno 1643 [...]”. (*Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, 1989). Mais à frente, o franciscano explicita o quanto essas águas são proveitosas para a cura de enfermidades, relatando o caso do seu transporte para o Convento de Nossa Senhora de Guadalupe (vulgo de São Francisco; dos Frades; ou até mesmo dos Terceiros), situado na entrada poente da ex-Vila, actualmente, com aparência de perfeito abandono.

Frei Agostinho Monte Alverne (1629-1726), outro franciscano, micaelense, também ligado ao Convento de Nossa Senhora de Guadalupe, nas suas *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* (Livro II, 1961), seguindo Frutuoso, escreve sobre as Caldeiras da Ribeira Grande na sua relação com a dita fábrica de pedra hume. Porém, refere que, finda aquela indústria, a ex-Vila da Ribeira Grande ficou com uma Canada cujo nome é da Mina, hoje, ainda lá existente, sendo que a mesma liga o Caminho da Tondela/Magarça (Caminho Velho das

Caldeiras) ao Largo do Cardão, local onde já existiu um Posto de Recepção de Leite, este junto da estrada empedrada que leva ao Vale. O Jesuíta Padre António Cordeiro, terceirense, em 1717, na sua *Historia Insulana*, livro quinto, quando fala *De outras Furnas, Fogos, & Tremores desta Ilha* [São Miguel], & em especial de *Villa Franca*, tendo em conta não só Frutuoso, bem como a sua própria observação (“A eftas vi eu também, ha quafi cincoenta annos, & parece que algu tanto já mudadas do que feriaõ de antes”), também releva o seu vulcanismo. No ano de 1723, uma vez mais a dar conta da utilização dos seus banhos, temos Francisco Chaves de Melo, o qual ao escrever sobre a Ilha de São Miguel refere que: “Ao Sul [da Vila da Ribeira Grande] ao pé de uma serra estão umas Caldeiras de água mui cálida e continuamente fervente, em que os enfermos tomam banhos por serem medicinais as águas dos minerais [sic]”. (*A Margarita Animada*, 1994). Em finais de setecentos, as

Caldeiras da Ribeira Grande continuam a ser procuradas para delas se usufruir das suas águas minero-medicinais. Hugo Moreira, recentemente, falecido, em artigo publicado no *Correio dos Açores* sobre “Parentes da Madre Teresa da Anunciada no Convento de Nossa Senhora da Esperança” (24.05.2001), fala sobre a existência de um documento em que “Diz Frei José do Egipto [...], morador e procurador das capelas no Convento de S. Francisco da Vila da Ribeira Grande [...], que uma légua distante da mesma Vila está um Vale, titulado das Caldeiras aonde a Divina Providência produziu águas minerais que servem de grande remédio para curar muitas enfermidades [...]”. Todavia, face às fontes compulsadas, será nos dois séculos seguintes, que as Caldeiras da Ribeira Grande se transformarão numa excelente referência quanto à sua paisagem natural e humanizada; ou seja, num espaço, verdadeiramente, histórico.

Pizza Time & CHICKEN

A melhor pizzaria da Ribeira Grande
The best pizza in the City

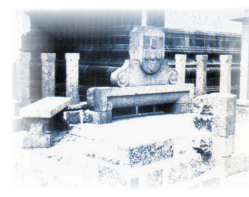
AGORA TAMBÉM EM VILA FRANCA

296 474 300 - Largo Gaspar Frutuoso - 9600 Ribeira Grande
296 587 964 - R. dos Combatentes do Ultramar, 119 (Aldeamento) - Vila Franca

HERDEIROS DE AGOSTINHO FERREIRA MEDEIROS, LDA

OBRAS PÚBLICAS >> CONSTRUÇÃO CIVIL

- >> Central de Britagem
- >> Fábrica de Blocos e Vigas
- >> Materiais de Construção
- >> Serração de Basalto
- >> Granitos



Estrada Regional, N° 3/1ª Km. 10 Boqueirões - 9600 Ribeira Grande
Tel. 296 490 160 - Fax 296 490 167

Observação

Com este esboço de trabalho pretende-se dar um contributo para a história das paisagens ribeiragrândenses. O leitor, com toda a legitimidade, poderá interrogar: porquê as Caldeiras da Ribeira Grande? A nossa resposta parte, essencialmente, sem menosprezo por qualquer outro lugar, da grande afeição que nutrimos por aquele Vale; não só por ele em si mesmo, mas também pelo complexo paisagístico, situação essa que é secular, que a partir dele irradia: Gramas, Ladeira da Velha, Lombadas, Lagoa do Fogo, Salto do Cabrito, Caldeira Velha e, mais recentemente, Porto de Santa Iria, Monte Escuro, Lagoa de São Brás. Aliás, esse conjunto de paisagens, na nossa humilde opinião, suscita grandes potencialidades para um aproveitamento no âmbito do turismo dito rural. É evidente que não esgotamos todas as possibilidades de estudo do Vale das Caldeiras. No entanto, face à multiplicidade das fontes compulsadas (escritas, orais, fotografias, observação no terreno), tentámos traçar uma rota onde, eventualmente, pensamos ajudar o leitor a atingir uma visão histórica sobre aquele deleitável Vale, em especial, durante os últimos dois séculos. Cientes do quanto este estudo se encontra aberto a um aprofundamento, esperamos contribuir para o conhecimento de um espaço que persiste, às vezes com dificuldades, em se afirmar nos roteiros daqueles que, temporariamente, pretendem “desenfadar-se do lidar da vida”, tal como escreveu, em 1865, o insigne jornalista Francisco Maria Supico.

Pitoresco e sadio

Bem a meio da centúria de oitocentos, as Caldeiras, um Vale já assumido pela importância do seu termalismo, do ponto de vista oficial são reconhecidas como zona de mato [a lembrar a “serra” dos cronistas dos séculos anteriores]. Como resposta a um conjunto de *quesitos*, mandados a todos o párocos pelo governo (1858), o Prior da Matriz da ex-Vila da Ribeira Grande, Manoel Cabral de Mello, para os *quesitos* “Tem pousios, ou charnecas? Como se denominão? e “Tem nascentes d’ agoas medicinaes? De que natureza são?”, exarou, respectivamente, o seguinte: *Tem alguns ocupando as encostas, e altos das Serras, que medirão tanto como as terras cultivadas; e são conhecidos pelos mattos das Caldeiras, Pico alto, Mulatas, e Athaydes: pertencem a particulares. [...] Tem algumas, a que chamão ferreas, e sulphureas; e possui as Caldeiras, sitio a trez quartos de legoa ao sul da Parochia, e assim chamado pelas que ali ha, e fervem continuamente, ao qual concorrem, no bom tempo, a tomar banhos muitas familias da Ilha, e de fora.* (Arquivo Paroquial da Matriz, Ribeira Grande, *Collecção de quesitos dirigidos pelo Governo aos Parochos, em 1858, Notas Para o Livro do Tombo*).

Na demanda das Caldeiras

A partir do século XIX, as Caldeiras da Ribeira Grande, assumem-se, gradualmente, como lugar de relevo, não só pelo aprazível da sua paisagem, bem como pelo uso, com fins terapêuticos, dos seus banhos termais. Elas passam a ser um *ex-libris* da então Vila da Ribeira Grande, bem como da Ilha de São Miguel. Podemos, então, reconhecer que a verdadeira demanda para as Caldeiras começou. A vereação, de 2 de Março de 1811, reconhecendo o valor do lugar e das suas potencialidades, deliberou: [...] *que em atençam ao grande bem que Resultara a todos desta Ilha e [ainda] mesmo [a] muitos estrangeiros que concorreram buscar Remedeo para a Sua Saúde; Acordarem que Sfisece [sic?] huma Casa no lugar das Caldeiras a Custa deste Conceilho [sic], onde ha muitas agoas mineraes que pasam por divercas [minas?] de [ferro?], inxofre, e outros betumes, pelos quais Se conhece a grande utelled.e [sic] que Se pudera tirar destes banhos.* (AMRG, *Acordans, 1810-1820*). Chegada a segunda década de oitocentos, a quantidade de estrangeiros, mas não só, que procuram o Vale das Caldeiras é grande. Por exemplo: Thomas Ashe, John W. Webster, Captain Boid, os irmãos Buller e Ferdinand Fouqué por lá passaram. A literatura por eles lavrada, apesar do relativismo que a mesma oferece (estados psicológicos, formação académica, sensibilidades estéticas coevas, época do ano e durabilidade das viagens, daí o cuidado no seu tratamento), torna-se fundamental para ajudar a configurar o Vale nas suas vertentes de paisagem natural (vulcanismo, veredas, arborização) e humanizada; por exemplo, caminhos, jardins, habitações, Casa de Banhos. Presumivelmente, no ano de 1811, um “Capitão de dragões”, inglês, comumente aceite como Thomas Ashe, escreve sobre os seus banhos o

seguinte: “On my arrival at the baths I Was much gratified to find that they are better attended to than the baths of the Furnas. The buildings are neat and clean, and the waters possess the most salutary qualities: they have performed miraculous cures”. Curas do tipo: reumatismo, gota e, ao que parece, lepra. (*History of The Azores or Western Islands*, 1813). Volvidos poucos anos (1817-18), o químico americano John W. Webster, na sua lavra refere que o “pequeno valle” era “rodeado de outeiros”; que os seus banhos, usados para curar enfermidades, “são muito menos frequentados do que os do Valle das Furnas”, estes apresentando “muito mais particularidades e onde as acomodações são muito superiores”. Webster faz uma descrição do modo de os preparar até à condução das suas águas “para covas oblongas, guarnecidas com lages de pedra grosseira, covas estas abertas no chão terreo de dois ou tres pequenos edificios [...], por desleixo, quasi em rui[n]jas”. (*A Ilha de São Miguel em 1821* [data da publicação], Arquivo dos Açores, 1983). No início da década de trinta (1832), Captain Boid, outro inglês, narra, de uma forma que diria cristalina, a relevar um bom gosto estético, o panorama natural que leva ao Vale, não esquecendo o seu interior, as caldeiras, os balneários, as habitações: *Ficam os banhos situados na direcção Sudeste a partir da vila, para o interior, sendo o caminho que para lá conduz muito pitoresco e interessante, ainda que pedregoso, difficil e perigoso, excepto para quem andar a pé. Leva-nos através de fendas cavernosas e barrancos, pouco melhor sendo do que um leito seco de ribeira, mas exhibe ao mesmo tempo, aos olhos do admirador da paisagem, algumas combinações panorâmicas, extremamente surpreendentes. Fizemos caminho por entre esta*



paisagem até chegarmos a um vale profundo cingido por montanhas e ao fundo do qual ficam as caldeiras, ao lado de uma aldeola constituída por oito ou nove cabanas, com acomodações pouco melhores do que as das Furnas. [No Vale] [...] encontra-se uma nascente de água fresca que, ao ser requisitado um banho, é levada por canais para as caldeiras de lama, onde, com rapidez incrível, atinge o ponto de ebulição, formando bolhas com grande violência e impregnando-se de todos os ingredientes minerais e virtudes das lamas. É então conduzida para os balneários onde se tempera conforme o calor desejado e se regula de acordo com as necessidades do doente. (Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais, Insvlana, 1951). Para os finais dos anos trinta (Abril, 1839), o Vale é visitado pelos irmãos Bullar, outros ingleses. O que descrevem oscila entre um olhar de desolação sobre a natureza e a paisagem humanizada (“tudo tem aspecto desolador”; um “triste retiro”; uma “verde solidão”; “as casas desertas, tristes e brancas, pareciam habitações de uma cidade dizimada pela peste”) e o reconhecimento de uma nota de alegria que tem como fonte a “Maria das Caldeiras”, filha do “guarda dos banhos”, “rapariga nova, activa e esperta, de cor morena, olhos

vivos, cabelo escuro e belos dentes, vestida à sua moda, de chapéu de palha redondo, com guarnição de seda verde, saía de algodão estampado e ao ombro uma bolsa branca de linho, espécie de saco de caça, onde trás as chaves dos banhos e das casas” ali existentes. A narração dos Buller estende-se a uma descrição do balneário, o qual se encontrava “aberto a todas as horas do dia”, sendo “um longo edificio, espécie de duplo estábulo, dividido em quatro compartimentos, em cada um dos quais se enterrou no chão uma banheira de seis pés de comprido por três de largo” (presentemente, dos quatro compartimentos para uso banhar lá existentes, um possui duche, os restantes banheiras); à preparação dos banhos pelo “guarda”, onde também não esquecem a composição das águas: “As águas sulfúreas destas Caldeiras não são tão ricas como as das Furnas e o caudal é relativamente pequeno e insuficiente. São, porém, mais ácidas e menos saponáceas, mas do mesmo modo revigorantes. O seu sabor faz lembrar o da água quente com fumo, levemente acidulada”. (*Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, 1986).

Francisco Maria Supico, farmacêutico e jornalista, continental (n. 1830, Lousa), redactor do Jornal ribeiragrândense *A Estrela Oriental* (1856), no seu *Almanach do Archipelago dos Açores* para o ano de 1865, relembra, de um modo sintético (coisa que Joaquim Candido Abranches fará de um modo idêntico, no seu *Album Michaelense*, em 1869), as duas grandes vertentes de vocação do Vale ribeiragrândense: as suas termas com fins medicinais, a descontração e o revigoramento que a paisagem do campo favorece: *Abundam na ilha de S. Miguel as nascentes d’ agoas medicinaes, havendo dous sitios, qual mais pittoresco e sadio, principalmente frequentados por quem necessita recorrer a estes remedios naturaes, ou por quem simplesmente quer desenfadar-se do lidar da vida, em pontos aonde a natureza ostenta todo o primor de suas galas. Esses sitios são as Caldeiras, proximo da magnifica villa da Ribeira –grande; e o maravilhoso valle das Furnas. No primeiro ha abundancia de aguas sulphureas e ferreas, e todas as proporções para ali passar a estação propria quem quizer fazer uso d’ aquellas salutiferas aguas, ou simplesmente gozar a*

convivencia campesina que ali é bastante agradável. O segundo é tão arrebatador pelo bello e pelo pavoroso, que é impossivel descrever-se. Fumegam e restrugem as crateras, no meio dos mais deliciosos panoramas que possam imaginar-se. Em 1867, Ferdinand Fouqué, um químico francês, com as suas observações às águas termais do Vale, e outros químicos no século seguinte, seriam *fatais*, até aos dias que correm, para a sua credibilidade em termos terapêuticos. Para além da pequena descrição que faz daquele “petit vallon orné de jardins touffus et de charmantes maisons” [a mensagem é ligeira mas não deixa de ser valiosa para se inferir sobre qual a paisagem humanizada], no que concerne ao seu termalismo, Fouqué salienta que “L’ introduction de l’eau douce est indispensable pour obtenir la quantité de liquide nécessaire à l’alimentation des baignoires; mais elle a l’inconvénient de détruire complètement la fixité de composition de la petite quantité d’eau qui jaillit avec les gaz”. (*Les Eaux Thermales de L’île de San-Miguel, Açores, Portugal*, 1873). Em finais do século XX, a análise de Ferdinand Fouqué continua pertinente. Na sequência de um Relatório do Grupo de Trabalho para o Estudo do Termalismo na

Região Açores (Agosto de 1979), a Direcção Regional de Saúde (DRS), do Governo Regional dos Açores, informa, em 1982, a Autarquia ribeiragrândense de “que o estabelecimento termal das Caldeiras da Ribeira Grande não teria [diz-se: de momento], interesse para ser aproveitado no campo da saúde, nomeadamente para a realização de tratamentos termais” (CMRG, DAF, *Processos 36/11, 1982, e 36/73, 1985*). Para essa conclusão, entre outros pontos, foi tido em consideração o seguinte: “A nascente de água sulfúrica, hipertermal, ácida, das caldeiras da Ribeira Grande, tem um caudal reduzido, sendo posteriormente, aumentado com águas pluviais, o que lhe retira a sua pureza minero-medicinal. Tal facto já fora anteriormente focado nos relatórios dos químicos que executaram a sua análise, nomeadamente: 1872 Ferdinando [sic] Fouque, 1912 Engenheiro Charles Lepiérre, 1953 Engenheiro António Herculano de Carvalho”. Jorge Gamboa de Vasconcelos, Delegado de Saúde do Concelho ribeiragrândense entre 1940 e 1977, crítico de arte, Deputado à Assembleia Nacional, convidado, tal como outros, a se pronunciar sobre aquela carta da DRS, corrobora a sua posição, sendo também de parecer que:

É pois mais como valor turístico do que valor terapêutico que o balneário das Caldeiras, deve ser [diz-se: hoje] apreciado e mantido, o que não quer dizer que, no futuro, e depois da descoberta de novos valores crenoterapicos das suas águas, não possa vir a merecer mais amplo desenvolvimento adentro da Saúde Pública. Isto é mais uma razão para a sua conservação. (carta de 07.03.82; *Procs. 36/11, 1982, e, 36/73, 1985*). Apesar das observações dos químicos indicados e, muito posteriormente, das restrições alegadas pela DRS, da Região Autónoma dos Açores, as termas das Caldeiras da Ribeira Grande nunca deixaram de ser utilizadas por aquistas das mais variadas origens. Actualmente, a Casa das Termas, que quanto aos seus banhos continua a usar da *dosagem tradicional* das duas águas (a doce e a sulfúrea), bem como da aplicação de lamas retiradas da Caldeira Grande, abre todos os dias, excepto Sábados e Domingos, das 9:00h às 16:00h. A eles recorrem, essencialmente, para tratamento de doenças de pele e de reumatismo. A Senhora Odete Correia Melo, 55 anos, responsável pela preparação dos banhos, vive mesmo ali ao lado no lugar de Gramas, freguesia da Ribeirinha.

Período de ouro do Vale

É no dealbar do século XX e nas suas quatro primeiras décadas, de acordo com as referências que dispomos, que poderemos situar o período de *ouro* do Vale das Caldeiras.

Os seus moradores já não são na sua larga maioria, tal como dizem os Buller para a década de trinta do século anterior, da então Vila da Ribeira Grande, mas sim da cidade de Ponta Delgada. Pelo menos lá residiam. Basta confirmar os registos dos prédios urbanos até à década de trinta do século passado (cf. documentação no Museu de Ribeira Grande). Constituem uma elite social com muito bom gosto. Utilizem o Vale durante o Verão. Fazem *batalhas de flores* e *garden parties*. Criaram em 1896, uma assembleia, a *Assembléa Artística das Caldeiras*, cujo objectivo máximo visava “cultivar a musica e outras artes liberaes e tambem proporcionar aos socios e suas familias, reuniões dançantes, musicaes, jogos e outras diversões analogas no vale das Caldeiras, concelho da Ribeira Grande”. (Edição impressa, Ponta Delgada, 1896). Curiosamente, a maioria dos proprietários com habitações no Vale não assinam a constituição da *Assembleia Caldeirense*. Os jornais ribeiragrandenses da época, vão informando sobre as movimentações sociais do período estival. Uma notícia de *O Norte*, de 13 de Julho, de 1901, reza assim: “Caldeiras – Para este amenissimo Valle foram já algumas familias passar o tempo de verão”. Ou ainda o *Ecos do Norte*, de 5 de Agosto, de 1916: “Encontra-se já nas Caldeiras a veranear o Snr. Dr. Humberto Betencourt de Medeiros e Camara”, antigo Presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada. O Cónego Cristiano Borges de Jesus, lagoense, a quem a Ribeira Grande muito deve, no *Album Açoriano*, de 1903, para a parte da Ribeira Grande, oferece ao Rei D. Carlos I a visão de um Vale idílico,

espaço de uma elite social com prazeres requintados, epicentro irradiador de um complexo paisagístico bastante alargado: *Nas proximidades da Villa da Ribeira Grande, a pouco mais de quatro kilometros para o centro da ilha, fica o pittoresco Valle das Caldeiras, que com as suas aguas thermaes sulfurosas, com os seus graciosos chalets, os seus deliciosos passeios e risonhos panoramas, constitui um dos quadros campestres mais garridos de S. Miguel.*

*As Caldeiras são, por assim dizer, uma estação thermal d’élite, pois que, tendo uma dezena de habitações, ali só se reúne um limitado e escolhido numero de veraneantes. Passam-se os dias em bellos passeios, á Fonte das Lagrimas [os Buller também lá estiveram. Mais recentemente, os Amigos dos Açores. Cf. Percurso Pedestre do Salto do Cabrito, 1999], á nascente das Lombadas, á Lagoa do Fogo, ou ao Salto do Cabrito, ou ainda jogando, em lindos jardins, á sombra das arvores frondosas, entre o perfume das flores, o croquet e o tennis. A noite é na Assembleia, em danças, cantos, jogos e recitações, n’um convivio íntimo, alegre, familiar. A lucidez do Cónego Cristiano Borges de Jesus, “polemista de pulso”, “um predestinado, nascido e educado para dominar multidões que aos templos affluem a escutar os pregoeiros do Evangelho” (*Almanach Açores*, Anno II, 1905), nesse breve trecho, em nossa opinião, resume a dinâmica social das Caldeiras durante a existência da sua Assembleia. Octávio de Chaves Teixeira, 85 anos, frequentador do Vale desde os anos vinte do século passado, relembra com vivacidade a sua vida social. Salienta os jogos, à noite, no edifício da Assembleia, o *croquet*, os banhos na Casa das Termas, os passeios às Lombadas, à Lagoa do Fogo, ao Salto do Cabrito (*Testemunho*, Agosto de 2001).*

Madalena Vaz do Rego Silva Pacheco de Faria e Maia, 46 anos, diz que a avó, esposa do capitão Vaz do Rego, lhe contava que “as Senhoras de manhã estavam nas suas casas; depois do almoço, arranjavam-se, devidamente, e iam todas para a Assembleia. Era o ponto de encontro. As Senhoras bordavam e os Senhores jogavam com cartas” (*Testemunho*, Julho de 2001).

No início de Agosto de 1929, o Cónsul da Itália na Ilha de São Miguel, organiza um *garden-party*, largamente noticiado no *Correio dos Açores*: “Nas Caldeiras. O *garden-party* oferecido aos officiais italianos [do navio-escola ‘Cristoforo Colombo’, sendo seu Comandante Pietro Starita] pelo sr. Cónsul da Itália”, José Tavares Carreiro. “[O] sr. Cónsul [...] ofereceu [...] na sua esplêndida propriedade do Vale das Caldeiras um *garden-party*, que, decorrendo com a maior animação, assumiu as proporções de uma festa elegante e brilhantíssima” [notícia de 06.08.1929, segundo Arquivo do seu neto, Manuel Velho Tavares Carreiro Júnior, 65 anos, actual Cónsul do mesmo país na Ilha de São Miguel]. Para além de José Bruno Tavares Carreiro, participou no *garden-party*, o Dr. Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, um dos assíduos do Vale. Entre múltiplos sabores oferecidos, “Inumeros pares [romperam] no amplo terraço ao som dos fox-trots e dos tangos, volteando com vivo entusiasmo”. Um estudo atento das fotografias que Manuel Velho Tavares Carreiro Júnior possui desse *garden-party*, certamente, ajudará a perceber a *nata* social que participou na festa de seu avô. Para o mesmo ano, o literato, natural de Vila Pouca de Aguiar (1879-1961), Sousa Costa, escreve as *Ilhas das três formosuras*. É uma prosa que faz transbordar bucolismo para o lugar que ele nomeia como *Caldeiras de S. Vicente*: “Flôres, um delirio de

flôres. Arvores, um poder de arvores. Ao todo dez ou quinze vivendas, com os seus parques, com os seus jardins – todos no ar intimo de membros duma familia só!” O escritor ainda acrescenta: “[...] tudo respira ar de vida e saúde neste recanto de boleadas curvas e fragrantessencias – e os passaros morrem exaustos de cantar”. Porém, face ao que, entretanto, pudemos apurar, o encantamento do Vale não parece suscitar grande criatividade artística. Vislumbra-se pouca poesia (para já, só temos conhecimento do caso de Laureano Almeida, alma de poeta, natural da

bordões de São José, que são azuis [hoje, com conteiras] os quais também se chamam *carapantos*”. (*Testemunho*, Julho de 2001).

No ano de 1935, a *Sociedade Terra Nostra* apresenta num *Congresso Nacional de Turismo* uma tese a defender a necessidade de, face às suas “favoráveis condições de ordem geográfica e ordem moral”, a Ilha de São Miguel ser declarada *zona de turismo*. Todavia, apesar da proponente sobrelevar a importância das águas termais da Ilha, com vista à sua integração num turismo de *cura* e de *reposso*, omite as Caldeiras da Ribeira Grande como parte a integrar



Ribeirinha, Ribeira Grande), prosa (João de Melo) e pintura. Para esta última situação, uma surpreendente aguarela de António Crispim, ribeiragrandense de gema, encontra-se na posse da família do Capitão Vaz do Rego, residentes de longa data no Vale. Já a fotografia é mais abundante.

O pintor Domingos Rebelo chegou a passear-se pelo Vale. Manuel Velho Tavares Carreiro Júnior, por legado de memória, da parte de sua mãe, Elisa Maria de Medeiros e Câmara, rememora: “Mestre Domingos Rebelo, tendo sido hóspede dos meus avós paternos, chegou ao Vale, sendo recebido por minha mãe. Quando chegou ao Vale olhou para a frente do prédio e, virando-se para a minha mãe, disse: ‘isto é uma *sinfonia azul*’. É que a barreira do prédio [poente] estava toda cheia de

num possível roteiro para aquele tipo de turismo. Da Ribeira Grande só realça a importância, como *costume popular*, das suas *Cavalhadas de São Pedro* e o tríptico [pensamos que o de Santo André] “de inestimável valor artístico” existente na igreja Matriz da então Vila. (*Ilha de S. Miguel, terra de turismo*, 1935).

A anteceder os anos quarenta, ao que parece, a actividade da *Assembleia Artística das Caldeiras* começou a rarear. Álvaro Garcia Temudo da Ponte, natural da Matriz, Ribeira Grande, nascido em 1930, frequentador assíduo do Vale, desde tenra idade, recorda que na década de quarenta do século passado a *Assembleia* já não tinha qualquer actividade (*Testemunho*, Julho de 2001), situação essa que, hoje, ainda se mantém.

Meados do século XX

Em meados do século passado, o Vale continuará a ser procurado para fins minero-medicinais, pela sua água férrea, devido à sua paisagem natural e pelas romarias à Senhora da Saúde. O período estival, mormente, Junho, Julho e

chagas, terão de ir, de longada, às termas das Caldeiras e aos banhos da água prodigiosa da Ladeira da Velha”. Revistas e jornais não deixam de informar sobre as capacidades paisagísticas e termais do Vale: “As belezas naturais das Caldeiras da Ribeira Grande [...] são dignas de serem visitadas e a grandiosidade do Lago das Sete Cidades, observado das cumeeiras, é um belvedere obrigatório no roteiro do turista”. (*Viagem*, Revista de Turismo Divulgação e Cultura, n.º 87, 1948). Ao que se pode perceber, a divulgação turística intensifica-se para final do século. No entanto, consideramos ser um tipo de publicação de rotina, pequenas *tiras* aqui e acolá, centrando-se as mesmas no que concerne ao termalismo do Vale e ao seu enquadramento no amplo complexo paisagístico que inclui: Lombadas, Lagoa de Fogo, Salto do Cabrito e Ladeira da Velha, faltando a

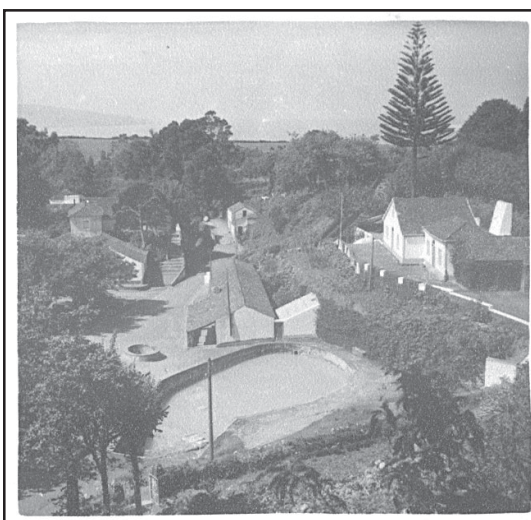
Caldeira Velha, Monte Escuro, Lagoa de São Brás, Porto de Santa Iria.

Para os anos cinquenta, a memória oral continua a dar conta de que o mesmo era todo rodeado de criptoméria, eucalipto, canforeira, acácia, plátanos, carvalhos, “com algumas pequenas clareiras”, assegura Álvaro Temudo. Havia, ligeiramente, a Norte da casa do Capitão Vaz do Rego, nas bermas de um arvoredo um miradouro, com o seu palheiro, conhecido por *vista da Ribeirinha* [hoje, ainda com reminiscências]; uma *caldeira de enxofre*, cujo seu forte cheiro matava pássaros [presentemente, extinta], bem como uma *Fonte*, chamada dos *Namorados* [também extinta], já que, quando em grupo, quem lá chegava em primeiro lugar e bebesse das suas águas teria casamento em breve tempo. (*Testemunho*, de Octávio de Chaves Teixeira, Agosto de 2001).

A partir do leque de propriedades que foram expropriadas (*Diário do Governo*, II Série, n.º 154, 1961) para a construção da estrada que liga as Caldeiras às Lombadas (1962-1966, trabalho executado pela empresa de Agostinho Ferreira de Medeiros, freguesia da Ribeira Seca, Concelho de Ribeira Grande, actualmente, ainda ligada à construção civil), poder-se-á

reconstituir a paisagem natural para Poente do Vale: terrenos de pasto, de cultivo, de chá e de mata. A arborização também existia no seu interior: nele havia duas alamedas [ainda lá existentes], uma que passava pela mata do Capitão Vaz do Rego (plátanos), na parte traseira [nascente] da actual casa pertença de Viriato Moreira, morador na freguesia da Ribeira Seca, Ribeira Grande, a qual desemboca junto ao local onde se abrem covas para o célebre *cozido das caldeiras* [ao tempo de Frutuoso nelas pelavam-se cabritos e assavam-se ovos], e uma outra a poente da casa do actual herdeiro de José Tavares Carreiro, esta já sem arborização. Álvaro Temudo lembra-se da existência de bordões de São José no declive a poente da casa de Manuel Velho Tavares Carreiro Júnior, bem como de chá no lado poente da casa do Capitão Vaz do Rego. Em 1964, a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada procede ao empedrado da estrada que liga a Ribeirinha ao Vale. O trajecto da anterior, térrea e com muitas covas (“às vezes os carros de praça recusavam ir lá acima; o seu custo era 20 escudos”, diz Álvaro Temudo), praticamente, manteve-se. A empresa de José Pereira Dâmaso, da freguesia da Matriz, Ribeira Grande, nos dias

que correm, ainda afecta à construção civil, é que efectuou o melhoramento dessa estrada. Ainda para a década de sessenta, a partir de uma fotografia, pertença do Dr. João Luís Toste, natural da freguesia da Conceição, Ribeira Grande, residente em Ponta Delgada, tirada no sentido poente-nascente; ou seja, junto à estrada que liga as Caldeiras às Lombadas, é de se inferir, apesar de incorrerem em risco, de que o Vale se encontrava rodeado de árvores, tal como hoje, estas formando como que uma espécie de anel, este bafejado por pastagens [a existirem, para a época, fotografias aéreas, certamente, todas as inseguranças serão dissipadas]. No final dos anos sessenta (1967), o Vale é considerado, pela Comissão Regional de Turismo das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, como um local digno de ser visitado.



Agosto, continua a ser o preferido. Carreiro da Costa, em 1948, na *Lição da Ribeira Grande*, escreve que: “Se os sequiosos e os doentes quiserem minorar a sua sede e os seus males, terão de recorrer a este concelho para nele beberem as águas das Lombadas e da Senhora da Graça, do Porto Formoso – e, se os sequiosos de enfermidades da pele quiserem pôr fim às suas



Romarias à Senhora da Saúde: rito campestre



Com um nome porventura associado ao benfazejo Vale (flora, água - doce e férrea - e termas), a Senhora da Saúde tem vindo a merecer ininterruptas romarias. A ermida actual foi erigida em pleno meado do século XIX (1850? Tal como a que se encontra em placa no seu frontespício?). O Prior Manoel Cabral de Mello, como resposta ao *quesito* governamental “Ha Ermidas, ou Capellas publicas na freguesia?”, informa que: “Ha dez [...], 10.ª Situada nas Caldeiras, a trez quartos de legoa ao Sul da Parochia; da invocação da Senhora da Saude; fundada ha poucos annos, por Dona Izabel Margarida Bottelho, sua familia e outras pessoas devotas, a instancias

do Sabio, e virtuoso Padre Mestre Frei José da Purificação, da extincta Ordem de San Francisco, meu Sancto Patriarcha. Não tem Serventuario. Tem de renda proveniente d'um juro 2400 rs”. Em nosso ver, as romarias à Senhora da Saúde constituíram-se como um *rito campestre* invejável. Álvaro Temudo recorda a festa de 15 de Agosto, onde a afluência de residentes da ex-Vila era grande. No Vale, para além dos momentos de religiosidade, a missa na ermida, a procissão no seu interior, os festeiros espalhavam-se pelas matas em seu redor, usufruindo de piqueniques coloridos. Octávio de Chaves Teixeira, ainda é do tempo em que, no dia da Senhora da Saúde, só se celebrava missa em seu louvor. Diz ele que chegou a ser sacristão em tais actos solenes. (*Testemunho*, Agosto de 2001). A procissão começou por iniciativa do “Senhor José da Costa, antigo sacristão da igreja Matriz da

Ribeira Grande. Ainda no tempo do avô do Senhor Manuel Velho Tavares Carreiro Júnior, só se celebrava missa”, assegura Maria das Mercês Berquó de Aguiar Viveiros, 71 anos. (*Testemunho*, Julho de 2001). Actualmente, a Senhora Maria das Mercês e muitas outras assíduas do Vale, nomeadamente as da família Vaz do Rego, é que asseguram a Festa em honra da Senhora da Saúde, promovendo um bazar, na casa da Assembleia, coisa que tem várias décadas, cuja receita reverte a favor da manutenção da Ermida e até mesmo daquela casa.

A partir de uma notícia (Agosto de 1993), quanto a nós exemplar para se perceber as romarias à Senhora da Saúde, o *Jornal Correio dos Açores* escreve nestes termos:

O dia 15 de Agosto tem uma tradição muito forte entre a nossa população – é o dia turístico do Povo que vai de passeio até às Caldeiras, onde passa o dia em contacto com a Natureza e convive com os familiares e amigos, principalmente por ocasião de refeição, toda ela à base de iguarias regionais, onde se destaca o peixe assado, o vinho de cheiro, a galinha

com arroz e abundância de fruta, não esquecendo a carne assada e o cálice de aguardente...

De tarde, como é tradição bastante alongada, a procissão da Senhora da Saúde, registando-se numerosa massa de forasteiros.

É um regalo este dia, vivido no Vale das Caldeiras entre cantares alegres [languidez, cisma açórica, acasalamentos, jogos com bolas nas pastagens, tendas de campismo nas orlas das já pouco extensas matas] e risadas de quem, uma vez por ano,



sai do seu habitual para respirar ar puro - a atmosfera límpida das Caldeiras.

Outras romarias também se faziam: as tardes dos Domingos eram passadas

nas Caldeiras, onde as suas matas e pastos eram vestidos com mantas e capachos. Álvaro Temudo recorda: “Quando tinha 8 ou 9 anos, aos Domingos, depois da missa, preparavam-se carros de bois e carroças, onde nos eixos destas se amarravam os farnéis; ia-se cantando por aí acima; parava-se junto da água férrea [na rampa de entrada do Vale, lado poente]; bebia-se qualquer coisa; mais acima, nas matas, ou numa pastagem ali ao lado, estendiam-se os capachos e as mantas e comia-se qualquer coisa; à tarde, depois do almoço, preparavam-se umas *canas-da-índia* [bambu] e *novelões* [hortências], enfeitando-se as carroças para o regresso. Algumas pessoas levavam guitarras, onde havia *cantinelas*. Eram passeios lembrados 15 dias antes e 15 dias depois”.

Na terça-feira do Senhor Salvador do Mundo, o povo da Ribeirinha também se deslocava para o Vale para, na linguagem popular, entre as suas matas, *roer os ossos*. “Algumas famílias iam para as Caldeiras com o resto que havia da festa”, assevera Álvaro Temudo.

‘Alindar as Caldeiras’



No último quartel do século XX, um duplo facto parece emergir em volta do Vale das Caldeiras: um estado de abandono, seguido, lentamente, de uma requalificação ao nível do seu espaço público (Largo, Casa das Termas). Em 1971, data que parece coincidir com a abertura do único restaurante instalado nas Caldeiras (o *Restaurante Caldeiras*), aberto por Manuel da Ponte Tavares Brum, cujo um dos filhos ainda o mantém em funcionamento, no *Correio dos Açores* lançava-se o repto: o Vale apesar de muito visitado não dispunha de condições de agradabilidade. “Toma-se urgente fazer alguma coisa para tornar este aprazível lugar numa capaz infraestrutura do nosso turismo. [...] Estamos a pensar, entre outras coisas, na defesa da chamada casa da assembleia; na construção de uma residencial; no serviço permanente (Verão e Inverno) dos banhos; num parque para estacionamento de carros; num local para práticas desportivas, principalmente ténis e *croquet* [e até

mesmo o campismo, coisa que o Vale sabe bem proporcionar. Por exemplo, em 1952, lá existia uma Colónia de Férias]”.

Para os veraneantes com moradias nas Caldeiras, a década de setenta e a seguinte, são períodos onde a persistência do sossego, o contacto com a natureza, na busca das suas águas e frutos silvestres, o convívio, predominam, prolongando, assim, um dado histórico persistente.

Porém, Domingos Amaral, natural da freguesia de Rabo de Peixe, Ribeira Grande (81 anos), reformado, em Março de 1985, através do *Diário dos Açores* [artigo que ainda não tivemos acesso], desencadeia, novamente, a polémica em volta do continuado abandono e degradação do Vale. (*Testemunho*, Julho de 2001).

As reacções camarárias não deixaram de se fazer sentir. Fernando Monteiro, Engenheiro Agrónomo, mariense, já falecido, na altura vereador da Câmara ribeirão-grandense, em 30 de Abril, de 1985, atento às preocupações do articulista, alerta o elenco autárquico para o seguinte: “A zona das Caldeiras da Ribeira Grande – beleza natural e histórica – de elevado valor paisagístico está a passar por uma fase degradativa galopante e quase irreversível, designadamente as Termas, a Assembleia, a Casa de Federação, a pintura das habitações etc., que urge da

parte da C[âmara] M[unicipal] uma atenção urgente e positiva”. (*Procs.*: 1982 e de 1985).

Contudo, as respostas ainda haviam de se arrastar. Dinarte Miranda, ribeirão-grandense, natural da freguesia da Ribeirinha, comerciante activo na cidade da Ribeira Grande, outro vereador da dita Câmara, em 14.02.86, recoloca a questão, propondo à mesa camarária o seguinte: “1º Alindar o Vale das Caldeiras, plantando arvores e arbustos próprios, à semelhança do Vale das Furnas. 2º Mandar colocar bancos de jardim e algumas mesas típicas dos parques. 3º Tornar funcional as suas termas, retirando os balneários, substituindo as canalizações [sic] e banheiras, caiar, pintar, etc, etc. 4º [Propõe] ainda [à] Câmara mandar elaborar um, projecto, do que vai ser, em termos futuros, as Termas da Ribeira Grande [...]”. (cf. *Procs.* indicados).

Entretanto, no ano de 1987, como que a regressar às origens, pelo menos de quem a mandou construir, em Auto de Cessão, a título precário, a Direcção Regional do Tesouro cede à Câmara Municipal de Ribeira Grande a Casa das Termas das Caldeiras. (ver *Procs.*). Tal edifício foi inscrito pela primeira vez na matriz predial, em nome da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, no ano de 1937. Hoje, continua a ser propriedade da Região

Autónoma dos Açores. Na sua fachada principal ainda se encontra incrustada a data de 1811, bem como nela está afixada uma placa a indicar: “Património da Junta Geral”.

Por fim, é na década de noventa que a autarquia ribeirão-grandense dá início à requalificação do Vale.

“Abandonadas durante muito tempo [escreve o *Açoriano Oriental* de 22.08.96] por anteriores governações autárquicas [...] as Caldeiras, localizadas a meio caminho entre a Ribeirinha e o vale das Lombadas, estão a sofrer profundas alterações. Desde o Verão passado que a Câmara Municipal tem realizado obras de embelezamento, protecção paisagística e patrimonial da zona”. Tal “embelezamento e protecção paisagística”, revela-se na introdução de alguns *tiques* urbanos num espaço, imensamente, rural: joga nos passeios e em redor das duas caldeiras, asfalto, iluminação pública, bancos, sanitários. Todavia, a “protecção patrimonial” parece mais complicada em se afirmar. Curiosamente, no Vale não têm sido acrescidos edifícios aos já, de longa data, ali existentes, excepto pequenas casotas de apoio à lavoura. Contámos dezoito, inclusive, Restaurante, Casa das Termas, Ermida, ruínas do antigo depósito da Empresa das Águas das Lombadas e uma moradia transformada, ao que se pode perceber

(não vimos o seu interior), em armazém.

Depois de descoberto, diríamos que de um modo massivo, o Vale, neste início do terceiro milénio depois de Cristo, continua a sofrer de alguns males: vegetação descuidada, a lembrar o devasso; abate de árvores, tornando-o com aspecto árido (o Vale, envolvido por arborização, só prolongada na sua ribeira, possui grande variedade de plantas: criptoméria, acácia, giesta, eucalipto, pinheiro, palmeira, cedro, carvalho, limoeiro, chá, laranjeira, plátano, incenso, flores das mais diversificadas); excesso de carros, onde não faltam as lavagens clandestinas; e excrescências consumistas várias. Parece que o repto do *Correio dos Açores*, de 1971, no seu essencial, ainda está por resolver; por outro lado, na óptica dos históricos das Caldeiras, a sua originalidade incorre no risco de se perder. Para Octávio de Chaves Teixeira, do sossego de outrora, o Vale passou a um tormento (*Testemunho*, Agosto de 2001).

Colocando-se de parte os melhoramentos sofridos, o Vale das Caldeiras da Ribeira Grande é um excelente exemplo para suscitar uma reflexão sobre quais deverão ser as responsabilidades do corpo social em relação à Natureza, seja esta natural ou até mesmo humanizada.

Outra Bibliografia: Augusto Branco Camacho, *O Bem Comum, 40 anos de administração distrital, 1926-1966*, Ponta Delgada, 1966; Cristina Rodrigues Sampaio, *Caldeiras da Ribeira Grande, Banhar e comer às portas da natureza*, *Jornal Correio dos Açores*, 22 de Julho de 2001; João Emanuel Cabral Leite, *Estrangeiros Nos Açores No Século XIX, Antologia*, Signo, 1991; Marquez de Jacome Corrêa, *Leituras Sobre a História do Valle das Furnas*, MCMXXIV; Mário Moura, *Memórias da Ponte dos Oito Arcos da Ribeira Grande*, Instituto Cvltvral de Ponta Delgada, 1996; Mário Moura, *O Arcano da Ribeira Grande*, Salamandra, 1999 [ao autor: agradecimentos pelos conselhos científicos]; Verbo, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Volumes 6 e 17.



JOSÉ DÂMASO & FILHAS, LDA.

Basaltos

Extracção | Serração | Acabamentos
Objectos Decorativos | Pavimentos
Cantarias | Britas | Sarriscas | Exportador
Aluguer de Máquinas | Transportes

Sede: Largo do Rosário, 129 | Tel.: 296 472 375 | Fax: 296 472 926
Inst. Industriais: Rochinha Preta | Tel.: 296 472 824
9600 RIBEIRA GRANDE | S. Miguel | Açores